



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

MARIA FALCÃO SOARES DA CUNHA

**REFLEXÕES EM TORNO DA CRIAÇÃO DE ARQUIVOS MEMORIAIS:
o acervo do exílio de Miguel Arraes.**

**RECIFE
2015**

MARIA FALCÃO SOARES DA CUNHA

REFLEXÕES EM TORNO DA CRIAÇÃO DE ARQUIVOS MEMORIAIS:

o acervo do exílio de Miguel Arraes.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia.

Linha de pesquisa: Memória da Informação Científica e Tecnológica.

Orientadora: Prof.^a Dra.^a Maria Cristina Guimarães Oliveira.

**RECIFE
2015**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Valéria Baltar de Abreu Vasconcelos, CRB4-439

C972r Cunha, Maria Falcão Soares da
Reflexões em torno da criação de arquivos memoriais: o acervo do exílio de Miguel Arraes / Maria Falcão Soares da Cunha. – Recife: O Autor, 2015.
82 f.: il.

Orientador: Maria Cristina Guimarães Oliveira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Ciência da Informação, 2015.
Inclui referências

1. Ciência da informação. 2. Arquivologia. 3. Alencar, Miguel Arraes de – Arquivos. 4. Arquivos pessoais. 5. Memória coletiva. 6. Ditadura. I. Oliveira, Maria Cristina Guimarães (Orientador). II. Título.

020 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2015-177)



Serviço Público Federal
Universidade Federal de Pernambuco
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - PPGCI

MARIA FALCÃO SOARES DA CUNHA

***Reflexões em torno da criação de arquivos memoriais:
o acervo do exílio de Miguel Arraes***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: 25/02/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof^a D^a Maria Cristina Guimarães Oliveira (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Lourival de Holanda Barros (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a D^a Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco



AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à minha família, em especial ao meu esposo, Dirceu Marroquim, pela compreensão, incentivo, e apoio durante todo o percurso desta pesquisa.

Aos companheiros de jornada, em especial a Roseane, William e Márcio, meu muito obrigada pelo companheirismo e pelo ombro amigo de sempre.

À professora Maria Cristina de Oliveira Guimarães, pela competência, paciência, e habilidade em ensinar e incentivar, mesmo nos momentos mais difíceis.

Aos membros da banca de qualificação, Prof^a Márjory Miranda e Prof. Lourival Holanda, pela leitura atenta, pelas observações, e comentários valiosos.

Aos que fazem o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, em especial a Suzana Wanderley, por estar sempre disponível para nós, fosse para resolver questões burocráticas, ou mesmo para dar uma carona para as aulas.

Às conservadoras e amigas Suzana Omena, Flávia Pires, e Cintia Melo, pelo incentivo e disponibilidade.

Aos que fazem o Instituto Miguel Arraes (IMA), pela disponibilidade e acesso ao seu acervo, em especial a Maria das Graças, pelas descobertas documentais, e pelas risadas.

Finalmente, agradeço à Capes, que através de seu financiamento tornou possível esta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação pretende realizar uma reflexão acerca do papel do arquivista, na construção de lugares de memória, partindo das mudanças ocorridas no uso e produção da informação. Para tal, partimos da análise da construção social da memória, a partir do acervo produzido pelo ex-governador do Estado de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar, durante o período no qual esteve exilado na Argélia (1965-1979). Através de pesquisa exploratória e bibliográfica, objetiva-se compreender e caracterizar a trajetória de um arquivo, o qual nasceu com propósito de servir como acervo corrente (de uso imediato e específico) e, com o tempo, tornou-se *lugar de memória*. Hoje, 49 anos após seu surgimento, o acervo analisado é uma fonte de memória pessoal e política, que retrata parte da história coletiva e social do país. Buscamos caracterizar a documentação que forma a Série Exílio, custodiada pelo Instituto Miguel Arraes (IMA), possibilitando a reconstrução da representação das informações ali contidas.

Palavras-chave: Arquivologia; Arquivos Pessoais; Memória social; Memória coletiva; Lugares de memória; Ditadura civil-militar brasileira; Miguel Arraes de Alencar.

ABSTRACT

This dissertation intends to carry out a reflection on the archivist's role in the construction of places of memory, based on the changes in the use and production of information. To this end, we start from the analysis of the social construction of memory, from the archives produced by the former governor of the state of Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar during the period in which he was exiled in Algeria (1965-1979). Through exploratory research and literature, the objective is to understand and characterize the path of a file, which was born as a current collection (of immediate and specific use), and in time became a place of memory, and today, 49 years after its emergence, a source of personal and political memory, which depicts part of the collective and social history. We seek to characterize the documentation that forms the Exile series, guarded by the Institute Miguel Arraes (IMA), allowing the reconstruction of the representation of the information contained therein.

Keywords: Archival; Personal files; Social memory; Collective memory; Place of memory; Brazilian civil - military dictatorship; Miguel Arraes de Alencar;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Lições 1 e 2 da Cartilha para alfabetização de adultos do Movimento de Cultura Popular.....	34
Figura 2 - Capa da edição do Front Bresilien d'Information (FBI), Nº 2, Fevereiro de 1972, Ano 4. Edição publicada em francês.....	50
Figura 3 - Capa da edição do Front Bresilien d'Information (FBI), Nº 11, ano de 1970. Edição publicada em alemão.....	51
Figura 4 - Capa da edição do Front Bresilien d'Information (FBI) / Brasilianische Informationsfront, Nº 13, Fevereiro de 1971. Edição publicada em alemão.....	52
Figura 5 - Capa da edição do Fronte Brasiliano d'Informazione (FBI), Nº 8-9, ano de 1971. Edição publicada em italiano.....	53
Figura 6 - Capa da edição do Fronte Brasiliano d'Informazione (FBI), Nº 3, ano de 1971. Edição publicada em italiano.....	54
Figura 7 - Capa da edição do Frente Brasileño de Informaciones (FBI), Nº 25, Novembro de 1971, Ano 3. Edição publicada em espanhol.....	55
Figura 8 - Capa da edição do Frente Brasileño de Informaciones (FBI), Nº 22, Agosto de 1971, Ano 3. Edição publicada em espanhol.....	56
Figura 9 - Capa da edição do Frente Brasileiro de Informações (FBI), Edição publicada em português.....	57
Figura 10 - Capa da edição do Frente Brasileiro de Informações (FBI), Edição publicada em francês.....	58
Figura 11 - Capa da edição do Braziliaans Informatiefront (FBI), Nº 8, mês de outubro, Ano 1. Edição publicada em holandês.....	59

FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Miguel Arraes discursa em palanque durante a campanha para governo do estado de Pernambuco, em 1962.....	35
Fotografia 2 - Miguel Arraes e Francisco Julião em reunião com trabalhadores do	

campo, em Pernambuco. [1963-1964].....36

Fotografia 3 - Miguel Arraes discursa em frente ao Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura Canavieira, Jurisdição Rio Formoso, Barreiros e Serinhaém, Pernambuco. [1963 – 1964].....37

Fotografia 4 - Miguel Arraes e militares, durante noite de negociações no Palácio do Campo das Princesas. Recife, Pernambuco. 31 de março de 1964.....38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5	Ato Institucional Número 5
APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano
BPE	Biblioteca Pública Estadual
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FBI	Frente Brasileira de Informações
FDR	Faculdade de Direito do Recife
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
IAA	Instituto de Açúcar e do Alcool
IMA	Instituto Miguel Arraes
MCP	Movimento de Cultura Popular
ONU	Organização das Nações Unidas
PSB	Partido Socialista Brasileiro
UDN	União Democrática Nacional
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 “QUANDO O CAMPO É O ARQUIVO”.....	14
2.1 Arquivística: a construção de um campo.....	14
2.2 Entre leituras e apropriações: a arquivologia moderna.....	19
2.2.1 Maurice Halbwachs e a memória coletiva.....	21
2.2.2 Memórias subterrâneas x memórias enquadradas.....	23
2.3 Da instituição ao sujeito: os arquivos pessoais e seu desafio para a arquivística.....	27
3 UM ARQUIVO ANTES DE SUA PRODUÇÃO OU A CONSTRUÇÃO DE UM ACERVO.....	32
3.1 Miguel Arraes de Alencar: do Crato à Argélia.....	33
3.2 No exílio, o surgimento de um acervo (acervo público, acervo privado).....	39
3.2.1 Miguel Arraes e o exílio.....	40
3.2.2 A frente brasileira de informação: o uso social da informação.....	43
4 O PAPEL DO ARQUIVO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA..	60
4.1 O Instituto Miguel Arraes (IMA): a institucionalização da memória.....	61
4.2 Série Exílio: composição e conteúdo.....	64
4.3 O papel do profissional do arquivo.....	67
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	75

1 INTRODUÇÃO

Minha trajetória acadêmica teve início no ano de 2004, quando ingressei no curso de graduação em História, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Durante esse período, tive a oportunidade de estagiar em diversas instituições públicas, tais como a Biblioteca Pública Estadual (BPE), a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), e o Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE). Nas três oportunidades, estabeleci contato com a prática da organização e da catalogação de documentos, desde o trato dado a estes em uma biblioteca, até a participação na confecção de catálogos de acervos/fundos documentais custodeados por estas instituições.

A vivência nesses **lugares de memória** (NORA, 1993) suscitou indagações acerca da composição daqueles conjuntos documentais. Como colocam Cook e Schwartz (2002, p.1) “Arquivos não são armazéns de coisas velhas, mas locais onde o poder social é negociado, contestado, confirmado”. Trata-se de uma observação extremamente pertinente quando ressaltamos que arquivos, sejam eles institucionais ou pessoais, trazem à tona uma série de perguntas: Como aqueles acervos foram constituídos? Com que finalidade? A organização original fora mantida pela instituição que agora o custodia? Em que contexto social e político aqueles acervos surgiram ou foram organizados? Quem eram os sujeitos que geraram aquela documentação?

Assim, já como profissional, no ano de 2011, iniciei um trabalho voluntário no Instituto Miguel Arraes (IMA), o qual abriga hoje a documentação política e pessoal do ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar. Minha primeira atividade no arquivo da referida instituição, foi a separação de correspondências expedidas e recebidas por Arraes durante seu exílio, na Argélia (1965-1979). Ao entrar em contato com tal série documental, devido à sua peculiaridade, ineditismo, e importância histórica, surgiram perguntas acerca de sua constituição física, e de conteúdo, o que suscitou vários questionamentos e leituras que levaram à realização deste trabalho de pesquisa.

À medida que me familiarizava com a documentação, pude perceber que se tratava, não apenas de documentos de cunho pessoal, produzidos e acumulados

durante os 14 anos em que Miguel Arraes esteve exilado, mas de um acervo extremamente relevante para a compreensão da história brasileira e latino-americana das décadas de 1960 e 1970. Muito além de correspondências e documentos pessoais, o acervo conta a história, não apenas de Miguel Arraes, o político exilado, mas a história de um movimento de resistência à memória que os governos militares pretendiam consolidar: a Frente Brasileira de Informações (FBI).

O conceito de memória, ligado às pesquisas no campo da Ciência da Informação, remete diretamente à ideia de armazenamento, estoque de informação, registro da herança cultural humana. Ao elencarmos o acervo de um político de relevância para a história local, abordaremos aspectos informacionais que estão na pauta de discussão no campo da Ciência da Informação (CI), a qual aborda “a natureza dos registros e os fenômenos que envolvem a criação, o tratamento e o uso social da informação”, bem como a preservação dessa herança, “no sentido de resguardo e conservação da informação, mantendo-a livre de corrupção, dano ou perigo”(GALINDO; MIRANDA; BORBA, 2011, p.334).

Assim, analisar a trajetória de um arquivo pessoal pressupõe uma dupla vertente analítica. A primeira, como colocado pelo sociólogo alçaciano Maurice Halbwachs (1990), percebe que as memórias são construções coletivas, uma vez que os indivíduos lembram o que lhes é predeterminado pelos grupos sociais nos quais estão inseridos¹. A segunda, em complemento ao conceito de Halbwachs, coloca a memória, como reminiscências de outro tempo, uma **reconstrução psíquica e intelectual**, uma **representação seletiva do passado** (MOREIRA, 2005) de um indivíduo inserido em um contexto familiar, social, nacional.

No cenário atual, no qual a sociedade brasileira vivencia a Comissão Nacional da Verdade (Lei nº 12.528, de 18 de novembro 2011), a qual busca a apuração dos crimes praticados durante o Regime Militar (1964-1985), o presente trabalho realiza uma reflexão acerca das mudanças ocorridas no uso e produção da informação, e do papel do arquivista na construção da memória coletiva, utilizando como fonte o material acumulado naquele período pelo político Miguel Arraes de Alencar.

¹Halbwachs (1990, p.66-86) argumenta que a memória social é construída a partir da institucionalização de um determinado fato que é apropriado por um tipo que faz deste as suas histórias em comum. É a partir disso que o autor elenca as memórias enquadradas, institucionalizadas.

O acervo produzido e acumulado pelo ex-governador de Pernambuco durante sua estadia no exílio, trás a tona a discussão, não apenas acerca da constituição do acervo pessoal pertencente ao indivíduo, Miguel Arraes de Alencar, um, entre tantos outros políticos e ativistas brasileiros exilados. Mas, propõe uma reflexão acerca do uso social da informação, considerando um acervo que tem em sua gênese o intuito de combate à ditadura civil-militar, e aos crimes perpetrados contra os direitos humanos no Brasil e América Latina.

Diante disso, e somado à falta de estudos relacionados à temática de acervos pessoais na área da CI, este trabalho se justifica, na medida em que contribui para a reflexão acerca das relações sociais envolvidas no processo de construção e organização da informação, além das relações entre acervos, documentos, informação e memória. Faz-se necessária uma análise mais apurada, em especial sobre a ótica da CI, acerca do papel dos acervos enquanto lugares de memória, pilares de uma memória coletiva, que muitas vezes surgem como uma tentativa de resguardar aquilo que pelos meios oficiais do momento histórico em questão, pretendia ser “esquecido”, se fazendo explícita a relação de poder que envolve o uso da informação, em especial na prática daqueles sujeitos que selecionam, e dão acesso aos documentos.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa se apresenta como uma **pesquisa básica**, pois “[...] objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência [...]” (MORESI, 2003, p.8, grifo do autor), de **abordagem qualitativa**, pois realiza uma análise, a partir dos dados levantados, em campo e em revisão bibliográfica, tendo como base a “interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados [...], no qual o processo e seus significados são o foco” (*ibid*, p.9). Frente a seus objetivos, classifica-se como um estudo, predominantemente, **exploratório**, pois, conforme Gil (2008, p.27), “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”, sendo assim uma primeira etapa para a compreensão de um problema. Os procedimentos adotados consistiram em um levantamento bibliográfico acerca dos temas tratados, entrevistas com alguns dos indivíduos participantes no processo, bem como observação de campo.

No capítulo 1, iremos traçar um breve panorama da evolução da disciplina arquivística, buscando compreender sua gênese, em seu contexto histórico, até

chegarmos aos arquivistas modernos, os quais propõem uma revisão do papel social do profissional do arquivo, através de uma reflexão acerca de sua prática e suas implicações em uma instituição de memória. Para tal, como apontado anteriormente, faremos uma revisão bibliográfica acerca do quadro teórico utilizado pelos arquivistas a partir da década de 1980, com destaque para a área da sociologia, mais notadamente a contrubuição do teórico Maurice Halbwachs. Apontaremos também outros possíveis caminhos teóricos, os quais complementam o trabalho de Halbwachs, como é o caso do também sociólogo Michel Pollak, e Henry Rousso.

Tendo feito essa revisão acerca da evolução da arquivística e de como esta se posiciona no âmbito acadêmico atual, no que se refere ao papel do profissional do arquivo na construção da memória coletiva, no segundo capítulo, iremos tratar do percurso do político Miguel Arraes, no sentido de compreender o contexto político-social no qual está inserida a gênese de seu acervo. Trataremos então de sua trajetória política durante os anos que antecedem ao golpe civil-militar brasileiro de 1964, que o leva a ser exilado, compreendendo também o contexto social do país em que este viveu durante os 14 anos passados fora do Brasil. Lá, Arraes deu início ao seu acervo pessoal, o qual se confunde com o acervo institucional da FBI, que tinha como objetivo o combate à ditadura através da informação. O acervo, na época de seu surgimento considerado uma **memória subterrânea**, a ser escondida pelo governo militar, é considerado hoje, 50 anos após sua criação e revisão da história do período, parte da **memória coletiva**.

Nesse sentido, após apresentarmos o contexto, no terceiro capítulo, apresentamos o IMA, instituição memorial que abriga o acervo pessoal e público de seu patrono. A seguir, daremos ênfase à parcela do acervo referente aos seus anos de exílio, sua organização e composição atuais. Tendo esta parcela do acervo como parâmetro, realizaremos uma reflexão acerca do papel do arquivista na institucionalização da memória coletiva, analisando através de indícios materiais, e testemunhos, seu arranjo original, e como este se encontra após a institucionalização do acervo.

2 “QUANDO O CAMPO É O ARQUIVO”²

O campo da arquivologia tem passado recentemente por modificações estruturais em relação à produção de seu conhecimento científico. Essas reavaliações tomam de empréstimo ideias já bastante consolidadas na área da memória social. O que leva a uma reavaliação dos passos da própria disciplina.

Ao contrário de campos como a antropologia, que desde o princípio do século XX vem passando por reavaliações contínuas, a arquivologia se manteve praticamente imutável até o final da década de 1980 (KAPLAN, 2002). Porém, tal imutabilidade é muito mais flexível do que se pode imaginar.

Neste capítulo, apresentaremos um breve histórico da arquivologia, e seu surgimento como campo científico reconhecido, até chegarmos às releituras feitas no final do século XX. Explanaremos acerca do processo de construção do quadro teórico da arquivologia moderna, no qual o sociólogo Maurice Halbwachs foi de fundamental importância para a compreensão do percurso percorrido por esta disciplina, e a forma como é avaliada atualmente.

Apontaremos ainda outras leituras possíveis, ainda pouco utilizadas dentro do campo da arquivística, mas que muito têm a agregar às ideias do social incorporadas pela disciplina. Nessa perspectiva, apresentamos uma discussão acerca de arquivos pessoais e suas particularidades.

2.1 Arquivística: a construção de um campo

De acordo com Reis (2006, p.2), podemos considerar que os arquivos têm sua origem e evolução, concomitantes ao desenrolar da história humana. Com o

² Título de seminário promovido pelo Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), o qual teve sua primeira edição em 2004. O objetivo do seminário foi a discussão acerca do uso de fontes arquivísticas na pesquisa antropológica. Um de seus produtos foi a revista *Estudos Históricos*. Sua segunda edição aconteceu em 2008, realizado pelo CPDOC-FGV e pelo Museu Nacional-UFRJ. Os textos publicados na revista *Estudos Históricos* foram parte essencial da discussão desenvolvida ao longo dessa dissertação.

surgimento da escrita, nasce também a necessidade de guarda dos registros produzidos. Na medida em que as sociedades vão ficando mais complexas, as estruturas político-administrativas adensam-se, gerando uma maior quantidade de documentos, e uma maior complexidade na guarda e conservação dos mesmos.

De acordo com o pesquisador Santos (2008, p.85), a Revolução Francesa (1789) pode ser considerada como “um marco no campo na conceituação, organização, tratamento e uso dos arquivos”. Este aparece como uma instituição pública, com uma política arquivística racionalizada. Nesse momento, a grande massa documental gerada e recebida pelos arquivos franceses, de procedências diversas, era arquivada como se pertencessem ao mesmo conjunto documental, portanto não sendo considerado seu contexto de produção. Os documentos eram arquivados por assunto, obedecendo a regras utilizadas pelos bibliotecários (VOGAS, 2011, p.14).

O resultado causado por tal metodologia acarretou em uma “desordem documental e perda do contexto de produção” (SANTOS, 2008, p.87). Como forma de prevenção a tal situação, em 1841 foram formuladas instruções a serem seguidas pelos Arquivos do Estado, estabelecendo o que seria considerada a base da disciplina arquivística: o Princípio de Respeito aos Fundos, ou Princípio da Proveniência. O documento, assinado pelo historiador Natalis de Wailly, é hoje considerado base da disciplina arquivística, uma vez que conserva os documentos em seu contexto original de produção, o que garante ao consulente a preservação do sentido tanto de cada unidade documental, quanto do fundo ao qual esta pertence.

Concomitante a essa mudança nos procedimentos arquivísticos, ainda na década de 1830, os documentos ganham novo status na pesquisa histórica, gerando uma nova demanda no campo do arquivo. O acesso e a preservação dos documentos passam a ser indispensáveis, podendo ter proporcionado também um impacto na mudança da forma de enxergar o arquivo, bem como as práticas do profissional ali atuante.

Com todas essas modificações da prática arquivística, e com a necessidade de firmar as bases científicas da disciplina, em fins do século XIX, mais precisamente em 1898, foi publicado o *Manual for the Arrangement and Description of Archives* (COOK, 1997), escrito pelo trio Samuel Muller, Johan Feith, e Robert Fruin.

Produzida pela Associação Holandesa de Arquivistas, em cooperação com o *State Archives of Neatherlands*, e o Ministério do Interior, a obra foi formalmente debatida ao longo de mais de uma década, gerando centenas de regras em torno do arranjo e organização de arquivos. Apesar de ter origem na Holanda, este manual flerta com noções francesas acerca da prática arquivista de então, uma vez que o princípio da proveniência aparece como regra fundamental no ofício do arquivista.

Os autores do *Dutch Manual*, ou Manual Holandês, descreveram cuidadosamente as estruturas administrativas do seu tempo, com uma *expertise* fundamentada em princípios profissionais que, naquele momento, passavam por uma reavaliação. No entanto, com o passar dos anos, as organizações administrativas mudaram, assim como as suas necessidades de arquivamento, gerando um descompasso na instrumentalização daquele manual.

Apesar disto, o impacto causado pelo Manual foi tal, que este continuaria influenciando na sistemática de nomenclatura de arquivos, até anos bem posteriores. Theodore Schellenberg, arquivista norte-americano, atribuiu àquele livro o status de “bíblia dos arquivistas modernos” (BARRITT, 1993, p.52). Esta obra está historicamente situada em um período-chave para as novas compreensões em torno da prática de preservação de documentos, influenciando as diretrizes do primeiro congresso de arquivologia, realizado em Bruxelas, em 1910, doze anos após a sua publicação (COOK, 1997, p.6).

Pouco mais de duas décadas após a publicação do manual holandês, um outro autor produziu uma obra fundamental para o avanço de certas compreensões sobre as práticas de arquivamento. Hilary Jenkinson (1882-1961), teórico inglês, teve uma formação acadêmica bastante sólida. Graduou-se em Cambridge em estudos clássicos no ano de 1904, e a partir de então passou a trabalhar no *Public Record Office*, elaborando classificações para documentos administrativos do governo britânico, os quais abrangiam mais de quatro séculos de história. Com o início da Primeira Guerra Mundial passou a trabalhar no escritório de guerra de seu país, lidando com a grande quantidade de dados produzidos durante a contenda bélica.

A experiência adquirida por Jenkinson durante aqueles anos de crise fizeram com que, em 1922, este publicasse a sua obra mais conhecida *A Manual of Archive Administration*. Este livro, cujo intuito era pensar os procedimentos através dos quais

um arquivo se constitui, abrange desde uma teorização sobre o conceito de arquivamento, até os procedimentos práticos para a criação de fundos documentais, propondo novas normas em sua organicidade e seleção. O pensador britânico elaborou um conceito de fundamental importância para as reflexões posteriores em torno das práticas de arquivamento: a noção de santidade da evidência. Segundo o autor, o papel do arquivista seria o de uma espécie de guardião do arquivo, aquele que resguarda e dá acesso aos documentos, não cabendo a este qualquer tipo de intervenção em seu conteúdo ou organização. Qualquer intervenção posterior ao recebimento de um conjunto documental, por parte do profissional responsável por este, acabaria por maculá-lo, retirando o que Jenkinson estabelece como sendo a santidade da evidência. A ordem pré-estabelecida pelos produtores do acervo deveria ser mantida.

Nesse sentido, o arquivo funcionaria como a evidência de uma atividade administrativa, responsável por enviar documentos já selecionados e direcionados de acordo com as suas necessidades de perpetuação. No mesmo caminho, escreveu Jenkinson sobre a figura do arquivista neste processo:

A carreira do arquivista é um serviço. Ele existe, a fim de tornar o trabalho de outras pessoas possível. Seu credo, a santidade da evidência; sua tarefa, a conservação de cada traço de evidência anexo aos documentos sob sua responsabilidade; o seu objetivo é dar acesso, sem perda ou acréscimo, para todos os que desejam alcançar os princípios do conhecimento. O bom arquivista é, talvez, o devoto mais altruísta da Verdade que o mundo moderno produz. (JENKINSON, 1948, p.38, tradução nossa).

Portanto, o arquivo seria fruto natural da administração. Respeitada a santidade da evidência, sua tarefa primordial era a preservação do documento. O principal avanço da obra em questão foi a proposta de se criar um profissional responsável por selecionar o que iria ser preservado, dentro de uma escala atribuída de importância. No entanto, essa atividade de seleção e descarte, ficava a cargo não do arquivista, mas dos profissionais que trabalhavam em seu local de origem. Com esta medida, muitos documentos foram destruídos, sob o pretexto de que seu conteúdo era de pouca relevância. De forma prática, a grande contribuição de Jenkinson para a posteridade, foi o esboço de uma tabela de periodicidade e

validade dos documentos, sempre atento ao fato de um acúmulo documental em longo prazo.

À medida que avançam os anos, aumentava também a complexidade administrativa, e novas contribuições foram surgindo. Uma das mais marcantes, após Jenkinson, talvez tenha sido a obra de Theodore Schellenberg (1903-1970), arquivista norte-americano que atuou intensamente nas primeiras décadas do século XX. Inserido em um universo no qual novas fórmulas de organização documental estavam emergindo, sobretudo, decorrentes da produção de documentos em uma quantidade e velocidade vertiginosas, aceleradas pela Segunda Guerra Mundial, Schellenberg produziu uma série de soluções, até então pouco usuais na elaboração da forma de organização de conjuntos arquivísticos. Ao contrário do que foi pregado por Jenkinson, a preservação de documentos em sua totalidade, a prática agora exigia uma nova postura: a seleção do material que permaneceria arquivado.

Apesar desta mudança de perspectiva, em consonância com o que foi proposto por Jenkinson, Schellenberg sugeriu que os dados fossem produzidos e selecionados por seus próprios criadores, com o intuito de manter a mesma organicidade, ficando assim latente o **valor evidencial** dos documentos. Porém, nem tudo podia ficar arquivado. Schellenberg era mais rigoroso no sentido da seleção das informações. Sua percepção sobre arquivo era a de que os documentos amontoados e acondicionados eram, na verdade, a menor parte de uma série de dados descartados ao longo do processo de seleção. Isto gerou uma série de novos procedimentos para a organização de arquivos, dentro de uma perspectiva de fundos arquivísticos.

Diferente de Jenkinson, com a santidade da evidência, o valor evidencial pregado por Schellenberg, residia no valor dos documentos, não para seus produtores, mas para pesquisadores futuros. Tal valor seria atribuído, após pesquisa exaustiva, por parte do arquivista responsável pela documentação em questão. A figura do arquivista torna-se então peça-chave na seleção das informações. Reside nele a responsabilidade sobre o que será preservado, ou esquecido. Reside nele o controle sobre a preservação da memória documental.

Da produção do livro de Schellenberg até os dias de hoje, novas compreensões sobre o campo do arquivo foram sendo criadas. A disciplina passou então a ser pensada, para além de uma atividade prática, mas enquanto campo

científico com uma epistemologia específica. Novos autores vêm tratando de questões semelhantes às discutidas previamente, porém atentando agora para outros fatores presentes no campo do arquivo.

2.2 Entre leituras e apropriações: a arquivologia moderna

Com o advento de novas tecnologias surgidas na segunda metade do século XX, outras formas de produção e circulação da informação se fizeram presentes. Assim, a área da arquivística viu-se impelida a repensar sua teoria e prática. Seu objeto deixa de ser um conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma instituição ou pessoa física, e “passa a ser compreendido como o conjunto de informações orgânicas, registradas em meios virtuais e dinâmicos” (TOGNOLI, 2010, p.56).

Junto às mudanças de paradigma, surgem também novas perspectivas na organização documental. Na década de 1980, novas ideias advindas das ciências sociais começam a emergir. Estas deslocavam suas análises para o campo do discurso, produzindo um efeito muito particular em jovens arquivistas canadenses. Assim, no Canadá Inglês, surge a chamada Arquivística Funcional ou Pós-moderna, que tem como objetivo a revisão dos conceitos e práticas da disciplina frente à nova realidade que se configurava.

Antes, maior relevância era dada às fontes reunidas em um arquivo. Com a revisão de conceitos e paradigmas, o que toma maior relevância agora é a compreensão da complexidade das estruturas através das quais essas fontes são produzidas (HEYMANN, 2012, p.23). A leitura de autores do quilate de Michel Foucault e Jacques Derrida³, os quais tinham uma visão dos arquivos como um “construto político que produz e controla a informação, orientando a lembrança e o esquecimento” (HEYMANN, 2012, p.24), somada ainda à reabilitação de ideias como a de quadro social de memória de Maurice Halbwachs, acabaram por

³ Para mais informações acerca da influência desses autores na constituição do arcabouço teórico dos arquivistas pós-modernos, ver Heymann (2012).

proporcionar o surgimento de uma análise, até então pouco usual no campo da arquivística.

Terry Cook, professor da Universidade de Manitoba, no Canadá, foi um dos pioneiros dessa nova abordagem. Suas reflexões influenciaram uma série de outros autores, que publicaram, e continuam publicando, em revistas de arquivologia no Canadá, e em outras partes do globo.

A proposta de Cook consiste em reavaliar a figura do arquivista, ou do profissional do arquivo, como um sujeito capaz de construir narrativas sobre os conjuntos documentais com os quais lida, alterando assim, o significado possuído por estes no seu contexto original de produção, até chegar às mãos do consulente.

Mais importante do que compreender o conteúdo do documento, é compreender o contexto no qual ele foi produzido. O como e o porquê de sua existência. Sair, segundo Cook (1997, p.36), de um paradigma da informação, para um paradigma do conhecimento.

Esta abordagem implica na construção do que foi atribuído pelo próprio Terry Cook, como Memória Moderna (COOK, 2002), segundo a qual, o sujeito responsável por organizar as informações a serem arquivadas, está imerso em um quadro social distinto dos sujeitos que produziram aquelas fontes. Isto significa que, o arquivista moderno deixa registrado no sentido do documento a marca da sua temporalidade.

Esta abordagem foi verificada em estudos de casos específicos, como o realizado por Verne Harris, em relação aos arquivos históricos da África do Sul (HARRIS, 2002). Segundo este autor, as dinâmicas políticas do país pós-apartheid, produziram novos significados em relação ao seu patrimônio documental.

Outro estudo de caso que aborda as relações de poder, publicado na mesma revista que o artigo de Harris (2002), é o texto de Margaret Hedstrom (2002), o qual trata das relações produzidas através do processo de representação da informação, no qual o papel do arquivista, responsável pela criação das interfaces nos arquivos, interfere na informação que chega até o pesquisador.

Ambos os textos abordam as relações de poder existentes por trás da prática arquivística, e seu reflexo na memória social. Arquivos são instrumentos que expressam diretamente relações de poder existentes numa sociedade. Dessa forma, a organização de um acervo nunca é imparcial, neutra, objetiva. Através dos arquivos, a memória social, a história, pode ser controlada. Guardam a credibilidade

de governos, corporações e indivíduos, bem como o poder sobre o que será lembrado, e o que será esquecido.

Nesse sentido, essas “casas de memória”, são elementos críticos no enquadramento social e intelectual do que deve ser lembrado por uma sociedade, em determinado contexto histórico, e devem ser observadas em toda sua complexidade. Para além da compreensão das práticas de conservação e arquivamento documental, é fundamental, tanto para o pesquisador, quanto para o arquivista responsável, a compreensão do contexto no qual aquela instituição, ou aquele indivíduo produziu e acumulou aquelas informações, a razão de elas estarem onde estão, e, com igual importância, a forma como estão organizadas.

Para compreender a trajetória percorrida pelos pensadores da arquivística pós-moderna, nos faz essencial instrumentalizar a vertente da sociologia seguida por estes estudiosos. No sentido de interpretar o mundo social no qual um acervo encontra-se inserido, desde sua gênese, até o momento no qual se dá a organização deste por parte do profissional documentalista. Alguns autores são basilares para a discussão do **papel social do arquivista**, e dos **arquivos enquanto lugares de memória**.

Dessa forma, foi fundamental a instrumentalização da leitura do social realizada por Maurice Halbwachs, na primeira metade do século XX. No entanto, não podemos ser negligentes com as atualizações posteriores feitas da leitura do sociólogo alçaciano, e que da mesma forma são válidas para complexificar as reflexões aqui desenvolvidas.

A importância do conceito de memória trazido por Halbwachs para dentro das discussões em ciências sociais fez de seu trabalho ponto de partida para a compreensão da memória social. A seguir, veremos um pouco da trajetória e do conceito construído por Halbwachs acerca da memória social, bem como algumas leituras posteriores acerca de seu trabalho, tais como os cientistas sociais Pierre Nora, Michael Pollak, e Henry Rousso, os quais têm suas obras em constante diálogo com o conceito estabelecido por este autor.

2.2.1 Maurice Halbwachs e a memória coletiva

Nascido em 1877, filósofo de formação, nos primeiros anos do século XX, Halbwachs encanta-se pela Sociologia, ciência que dava seus primeiros passos para estabelecer-se enquanto campo teórico. Discípulo do sociólogo Èmile Durkheim, o pensamento de Halbwachs acerca da memória social alinha-se com a proposta deste.

Um dos fundadores da Escola de Sociologia Francesa, Durkheim, traz uma nova forma de compreender a complexidade social humana, dando fundamento à sociologia enquanto ciência. Com a temática de “representações coletivas”, a qual tem como pressuposto que as categorias fundamentais de uma sociedade, como tempo e espaço são construídas socialmente, impostas pelo coletivo, Durkheim propõe uma discussão do social a partir da coletividade, ponto de partida até então impensável, uma vez que à época na qual esta temática emerge, as discussões giravam em torno do subjetivo, da individualidade (PEREIRA; WEBER, 2010).

O fundamental a ser compreendido no conceito de memória de Halbwachs, é que na construção da memória social, faz-se imperativo o contexto no qual o indivíduo encontra-se inserido, o que ele intitula de *quadros sociais de memória*.

Como colocam Regina Weber e Elenita Pereira (2010), os estudos de Halbwachs sobre memória, estabelecem uma ponte entre sociologia e psicologia, realçando o papel dos quadros sociais como antecedentes e determinantes desta. O enfoque dado pelo autor atribui à memória o status de **fenômeno social**, apenas sendo passível de investigação, se levado em consideração o complexo social na qual esta se manifesta.

Para Halbwachs, a noção de *quadro social de memória* está ligada a um **sistema de representações**, um complexo de informações que tornaria possível a lembrança, tal como a dimensão temporal e espacial (PEREIRA; WEBER, 2010). Nesse ponto, percebemos claramente a influência do pensamento Durkheimiano, quando este utiliza em seu raciocínio a questão da interferência da dinâmica social na produção de categorias fundamentais de uma sociedade (tempo e espaço).

Publicado após sua morte, em 1945, no campo de concentração de Bunchenwald, o livro “A Memória Coletiva” (1990), é uma compilação de textos escritos por Halbwachs, na qual, através de exemplos, o autor defende que não apenas o ato de lembrar, mas a própria construção da memória se dá coletivamente. O grupo, e não o indivíduo determina o que deve, ou não, ser lembrado. Seguindo a

linha de pensamento de Durkheim, Halbwachs constrói seu conceito de memória coletiva justamente a partir das categorias fundamentais de pensamento, de compreensão do mundo, do tempo e do espaço. Cabe ressaltar que o autor não nega a existência de uma memória individual, mas a subordina à memória coletiva.

Através de exemplos, constrói seu conceito, explicitando sempre um caráter de dependência entre as memórias. Para termos acesso à memória coletiva, faz-se necessário o estabelecimento de ligações, elos, com a memória individual, estando estas interrelacionadas. A memória individual está sempre vinculada a uma memória coletiva, uma vez que as lembranças são construídas sempre no interior de um grupo.

Memórias individuais seriam constituídas por diferentes pontos de vista acerca de uma história comum a um determinado grupo, acerca de uma memória coletiva (HALBWACHS, 1990, p.51). Na medida em que a história do indivíduo está inserida em um contexto social, a memória individual se apoia nesta memória social, coletiva, histórica.

Halbwachs propõe a memória como algo que está em constante processo de transformação, seja ela individual, coletiva, histórica. No entanto, o que marca sua obra é o status atribuído por ele à memória coletiva, colocando-a sempre em destaque, numa defesa de que a construção da memória individual estaria sempre subordinada, atrelada à memória social, histórica, tendo por vezes como referência pontos externos ao sujeito.

2.2.2 Memórias subterrâneas x memórias enquadradas

Anos mais tarde, pesquisadores do Instituto de Pesquisa do Tempo Presente (ROUSSO, 2009), na França, dedicaram-se a lançar novos olhares sobre assuntos aparentemente consolidados dentro da análise da memória nas ciências sociais, a qual tinha como marco indiscutível a obra de Halbwachs (1990). Michael Pollak e Henry Rousso, colegas de departamento, passaram pelo Brasil no início da década de 1990, e trouxeram debates que começavam a ser feitos na França daqueles anos.

Apresentaram então releituras tanto do sociólogo alçásiano, quanto de historiadores consolidados como Nora (1993), no que se refere à construção de uma memória social, agregando às problemáticas daqueles pesquisadores, novas leituras, uma vez que estes se utilizavam agora de uma nova fonte investigativa: o depoimento oral.

Ambos, Rousso e Pollak, vieram ao Brasil por intermédio da FGV, localizada no Rio de Janeiro, e que fora responsável à época, pela entrada da discussão da história oral na academia brasileira, com destaque para a importância dessa dimensão de produção de memória ligada à oralidade, para uma nova compreensão da memória social. Nesta ocasião, e posteriormente, os autores tiveram seus artigos veiculados na revista Estudos Históricos, publicada pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da FGV.

Em seus textos, publicados na revista citada acima, percebemos uma temática comum e pensamentos alinhados: ambos, Pollak e Rousso, partem da história oficial, da memória coletiva, para uma discussão que vai além dessa dimensão de memória social. A partir do que foi estabelecido por Halbwachs, marco na discussão da memória dentro do campo da sociologia, estes estudiosos trazem de volta a subjetividade humana na construção da memória, seja ela oficial e coletiva, seja ela uma recordação do individual.

Em seus artigos **Memória, esquecimento, silêncio** (1989), e **Memória e Identidade Social** (1992), Michael Pollak agrega ao conceito de coletividade da memória (HALBWACHS, 1990), os diferentes processos e atores que intervêm na formalização e solidificação de memórias. Ao ressaltar o papel das memórias individuais como parte do tecido da memória social, Pollak traz à tona um novo conceito dentro das discussões sobre memória nas ciências sociais: as **memórias subterrâneas**.

Segundo o autor, para além das memórias oficiais, impostas pelo poder vigente, tais memórias intitulada por ele de subterrâneas, viriam à tona em momentos de crise social, de disputas, subvertendo a lógica imposta pela memória coletiva. Para além do sentido de “comunidade afetiva” (HALBWACHS, 1990), e da função de agregação e sentimento de pertencimento, perpetuados pela *memória coletiva* e seus lugares de memória (NORA, 1993), essas memórias subterrâneas, não-oficiais, exerceriam uma espécie de coerção, sobrevivendo no seio de

pequenos grupos. Tal memória, por vezes, seria mais forte que a memória oficial, coletiva, imposta pelos grupos sociais dominantes.

Para Pollak (1989), as duas funções da memória coletiva seriam: a manutenção da coesão social, proposta por Halbwachs; e a defesa das fronteiras de um grupo social. A partir da aceitação dos depoimentos orais enquanto fontes válidas no estudo social, defendida pelos componentes do Instituto do Tempo Presente nos anos 1980, tais investigações passam a se preocupar, justamente, em fazer aflorar as subjetividades, as contradições abafadas pela memória oficial, deixando latente o conflito entre **memórias coletivas, enquadradas, e as memórias subterrâneas**.

Embora critique a memória coletiva (ROUSSO *apud* POLLAK, 1989), Pollak (1989), assim como Rousso, não nega a importância desta como referência do passado e fator preponderante na continuidade do tecido social, considerando-a um **mal necessário** (POLLAK, 1989, p.12). Os lugares de memória (NORA, 1993) serviriam como pontos de referência, **rastros do trabalho de enquadramento**, como é o caso de museus, monumentos, grandes personagens da história, da cultura, da música, entre outros.

Em seu texto **Memória e Identidade Social** (1992), Pollak trata justamente destes movimentos entre memórias individuais e coletivas. Segundo o autor, primeiramente, tem-se que considerar a história individual, privilegiando as narrativas pessoais, em sua complexidade. Os acontecimentos coletivos seriam “vivos por tabela” (POLLAK, 1989, p.2). Ao enfatizar a característica da seletividade da memória, seja a coletiva ou a individual, coloca que as lembranças individuais nem sempre correspondem apenas àquilo que vivemos, mas é por nós herdada, emergindo ou submergindo, de acordo com as preocupações do momento vivido (POLLAK, 1992, p.4).

Recorrendo a autores da psicanálise e da psicologia social, Pollak destaca a construção da identidade, enfatizando a importância no que tange a um sentimento de pertencimento, de coerência, por parte do indivíduo, à medida que este estabelece uma continuidade dentro do tempo físico/moral/psicológico/espacial. A memória, elemento constituinte deste sentimento de identidade, está em constante negociação, não devendo assim ser compreendida como essência de uma pessoa,

ou de um grupo. Para além de algo estanque, memória e identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais.

O outro autor ao qual nos referimos no início deste tópico é Henry Rousso. Em seu texto **A memória não é mais o que era** (ROUSSO, 2006), este, em conformidade com o que propõe Pollak (1992), destaca a memória como uma

[...] reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. (ROUSSO, 1996, p.94).

Assim como Pollak, Rousso também parte da memória coletiva como base para a discussão da memória social, porém agregando a esta a importância da memória individual, ressaltando que esta última está intrinsecamente ligada ao contexto social no qual o sujeito encontra-se inserido.

Rousso (2006) levanta a questão do papel da identidade nacional na coesão social, porém destacando o papel singular das lembranças individuais como fonte historiográfica. A partir destas, pode-se rever as chamadas memórias coletivas, que inúmeras vezes foram forjadas por grupos políticos dominantes, em um contexto histórico específico, como é o caso, por exemplo, dos regimes ditatoriais vividos na América Latina dos anos 1960 e 1970.

Em seu texto **Arquivo ou o indício de uma falta** (ROUSSO, 1996), para além da questão das memórias coletivas e individuais, oficiais e subterrâneas, o autor destaca a importância da construção desta através de seus vestígios, sejam eles materiais, encontrados em arquivos, monumentos, sejam eles depoimentos orais, lembranças. Em seu texto, atenta para o fato da recontextualização (ROUSSO, 1996, p.99) das fontes utilizadas na revisão da história, salientando o papel e a responsabilidade do historiador, e também do arquivista, no processo de construção do que será lembrando e do que será esquecido.

A existência ou inexistência de um documento em um arquivo é, por si só, um indício. Como coloca Rousso (1996, p.89) “existem mentiras gravadas no mármore e verdades perdidas para sempre”. Arquivos, bibliotecas, têm desde sua gênese um agente-chave para a compreensão do porque de sua existência, de sua organização, dos vestígios presentes e ausentes: o profissional documentalista.

Ao reconhecermos esses lugares de memória não como estáticos, mas como algo complexo e dinâmico, a partir de seu próprio surgimento, seja este recente ou remoto, nos deparamos com a importância da compreensão do contexto no qual aquele acervo surgiu, e todas as camadas de significado atribuídas a este ao longo do tempo. Como podemos afirmar acerca do pesquisador, a quem é entregue as fontes preservadas nessas casas de memória, o processo de leitura é um processo absolutamente criativo. As apropriações do mundo social são construídas entre práticas e representações (CHARTIER, 2002), e proporcionam tipos de apreensões diversos para cada leitor, seja do ponto de vista do consulente, que recebe um documento das mãos do profissional responsável, seja do ponto de vista de tal profissional. Há de se pensar que a prática do documentalista responsável por um acervo, seja ele arquivístico ou bibliográfico, é também uma prática imbuída de resignificações do objeto em questão.

Neste sentido, as leituras do social feitas, tanto por Halbwachs, e suas leituras posteriores, aqui ilustradas com estudiosos como Michell Pollak e Henry Rousso, aparecem em consonância com a nova abordagem proposta pelos arquivistas pós-modernos. Para além do conteúdo e organização física dos arquivos, é crucial a compreensão das práticas que levaram àquelas configurações, tanto de organicidade, quanto de conteúdo. É necessário analisar as nuances do social que compreendem tanto a produção inicial do acervo, sua fonte e função originárias, quanto às características pós-custodiais.

2.3 Da instituição ao sujeito: os arquivos pessoais e seu desafio para a arquivística

“O passado não existe fora da representação.” (Carolyn Stedman apud HEYMANN, 2012, p.38).

Os debates gerados pela nova arquivologia, ou arquivologia pós-moderna, a qual se apropriou dos conceitos da sociologia para repensar as práticas arquivísticas, proporcionaram um novo olhar sobre todo o campo, abrindo espaço para uma discussão que vai além dos arquivos institucionais. Os arquivos pessoais,

acervos diferenciados por sua própria natureza, surgem como uma nova vertente do campo da arquivologia, carente ainda de análise, e metodologia própria.

Apesar das mudanças provocadas pelas já citadas obras que marcaram o campo da arquivística, como o Manual Holandês, e os estudos de Jenkinson, nestas ainda não se pensavam as práticas arquivísticas para além de acervos institucionais. Na obra de Schellemborg (2003), são transcritas algumas definições da palavra arquivo, sempre caracterizado como um arquivo institucional, administrativo, exceto pela definição do italiano Eugenio Casanova, que em sua obra intitulada *Archivistica*, publicada em Siena, em 1928, define arquivo como:

Uma acumulação ordenada de documentos que foram criados durante as atividades de uma instituição ou pessoa, e que são preservados no sentido de cumprir os propósitos políticos, legais, ou culturais, assumidos por uma instituição ou pessoa. (CASANOVA *apud* SCHELLEMBERG, 2003, p.12, tradução nossa).

No entanto, apesar desta definição de Casanova, as menções aos arquivos pessoais nos manuais arquivísticos têm sido esparsas, aparecendo a noção de acervo pessoal como objeto da disciplina, no francês *Manuel d'archivistique*, e no Manual de Heredia Herrera, de 1986, bastante utilizados no Brasil, nos quais, fica explícita a menção a conjunto documental acumulado por pessoa física ou jurídica (HEYMANN, 2012, p.51)

Com a gênese da disciplina tratando de arquivos públicos, os arquivos pessoais e os privados, acabam por sofrer com a deficiência de discussões metodológicas na área. Conceitos e métodos aplicados aos arquivos institucionais públicos e privados são utilizados no trato dos arquivos pessoais, sendo esta abordagem defendida na área. Diferente de arquivos administrativos, com tipologias documentais e técnicas de organização melhor delineadas, os arquivos pessoais, cujos produtores/acumuladores seriam pessoas físicas, comportam uma variedade de tipos e nuances organizacionais. Tais acervos aparecem em textos da área como pertencentes a indivíduos com alguma relevância histórica, política, artística, e/ou científica, para a sociedade em geral. O trato dado a estes, é o mesmo dado aos acervos institucionais, onde são respeitados os fluxos organizacionais ligados às atividades, seja do indivíduo, seja da instituição produtora, numa transferência de conceitos e metodologias pré-estabelecidas. Ao enfatizar a atividade exercida

durante o período de vida do produtor do arquivo, se faz compreensível utilizar-se das mesmas regras de arquivamento de um arquivo administrativo.

Porém, para além de tipologias documentais produzidas com finalidades pré-determinadas e específicas, acervos pessoais guardam uma maior complexidade em relação aos arquivos administrativos. Primeiramente, é necessário compreender que o conjunto documental pertencente a um indivíduo, é indissociável. O sentido do acervo, bem como de cada peça documental em isolado, apenas existe se observarmos o todo e suas interrelações. Talvez esteja nesta especificidade o grande desafio lançado pelos arquivos pessoais aos estudiosos.

O primeiro manual de procedimentos técnicos de organização para arquivos pessoais publicado no Brasil foi editado pelo CPDOC, vinculado à FGV, em 1980, seguido por reedições. Fundado em 1973, o CPDOC hoje, abriga, conserva e dá acesso à uma infinidade de acervos pertencentes a homens públicos, tais como o acervo do ex-governador de pernambuco Agamenon Magalhães, o ex-presidente Getúlio Vargas, e o ex-ministro da educação e saúde Gustavo Capanema, entre outros.

Fugindo de alguns preceitos fundamentados pela disciplina arquivística, o método adotado pelo CPDOC, trata o acervo como um conjunto orgânico, com respeito ao princípio da proveniência, e, à ordem original dos documentos no momento em que estes são recebidos pela instituição. Apesar de pautar-se em princípios da arquivística, a obra recebeu críticas, pois o método utilizado poderia basear-se mais em um interesse de pesquisa, do que nas práticas adotadas pela disciplina (HEYMANN, 2012, p. 57).

Arquivos de homens públicos carregam uma diversidade de situações que envolvem o público e o privado. Para além da documentação produzida no exercício de cargos eletivos, esses indivíduos produzem concomitantemente acervos pessoais, relacionados ou não a sua vida pública, bem como documentos estritamente privados, mas que revelam parte da história política e social, sendo importantes fontes para a compreensão de processos e conjunturas políticas. Nesse sentido, o princípio de respeito aos fundos, ou princípio da proveniência, se faz de fundamental importância, para que o arquivista e o consultante possam compreender os documentos e o conjunto em sua totalidade e complementaridade.

Cornu (*apud* HEYMANN, 2012, p.61), diretora do Centro de Estudos sobre Cooperação Jurídica Internacional, aborda justamente a importância da manutenção da organização original dos acervos, sejam os documentos públicos, ou mesmo os privados, no sentido de que aquela disposição documental revela a personalidade de seu produtor. Para ela, políticos são homens mistos, assim como seus arquivos.

É interessante ressaltar que, as discussões acerca de metodologias e práticas de organização em arquivos pessoais ainda não se encontram exauridas, muito pelo contrário. Devido à complexidade e especificidade de cada arquivo, regras gerais são adotadas, como o já citado princípio da proveniência, porém, muitas discussões e adequações ainda serão feitas, uma vez que tratam de acervos distintos em forma, organização e conteúdo, constituindo um desafio constante ao profissional do arquivo.

Para além da análise do arquivo em sua totalidade, ou mesmo a análise deste frente à biografia e atividades desenvolvidas por seu titular, Heymann (2012), sugere uma terceira via: analisar o processo de acumulação do acervo, procurando compreender as relações existentes entre o indivíduo e o conjunto documental acumulado por este, levando em conta todas as etapas do processo acumulatório (organização, seleções, descartes), às quais se confundem com sua história de vida.

Do ponto de vista do documentalista responsável por um arquivo pessoal, a partir da compreensão da relação entre o titular e seus “papeis”, é possível “interpretar” o arquivo, e assim organizá-lo de forma mais responsável, respeitando o sentido atribuído a este.

Há certa resistência por parte dos estudiosos da disciplina em aprofundar-se no estudo dos acervos pessoais. Possivelmente, devido à grande complexidade desses arquivos, uma vez que não existe um padrão tipológico, ou de conteúdo. Para além de usos administrativos, arquivos pessoais são carregados de usos e sentidos atribuídos a estes por seus titulares. Cada acervo carrega consigo usos e sentidos atribuídos ao conjunto documental acumulado. Como bem coloca Heymann (2012, p.71), o que se faz imprescindível é “entender os conjuntos documentais de natureza pessoal como produtos de investimentos sociais mais do que produtos “naturais” da trajetória dos indivíduos”.

Tendo a complexidade no trato dos arquivos pessoais em mente e, devido a isto, a necessidade de compreensão da trajetória de seu titular, no sentido de

compreender a história do acervo, sua composição, conteúdo e organicidade originais, no capítulo seguinte, trataremos brevemente da trajetória do político cearense Miguel Arraes de Alencar, e do contexto no qual surgiu uma parcela específica de seu arquivo pessoal, hoje sob custódia do Instituto Miguel Arraes (IMA), sobre o qual trataremos mais adiante.

3 UM ARQUIVO ANTES DE SUA PRODUÇÃO OU A CONSTRUÇÃO DE UM ACERVO

Utilizar os arquivos pessoais como objeto de reflexão constitui um grande desafio. Seja do ponto de vista do arquivista, profissional responsável pela organização, guarda e acesso aos documentos, seja do ponto de vista dos pesquisadores que irão consultar determinado conjunto documental. Acervos pessoais criam labirintos analíticos capazes de mudar os rumos de uma investigação caso não haja certo rigor na leitura das fontes e dos significados por trás, tanto de seu conteúdo, como de sua apresentação e localização no arquivo.

Em comparação com acervos administrativos, cujas tipologias e organizações documentais são bem-definidas, gerados para atender demandas burocráticas, de uso imediato, os arquivos pessoais guardam uma maior complexidade em sua composição. Esta se deve não apenas às suas características informais, mas também à diversidade de tipologias de suportes e conteúdos agrupados.

As diferentes formas de acumulação de um arquivo pessoal refletem características muito particulares à vida e/ou obra de seu produtor. (BARROS; TOGNOLI, 2011). Para além das ferramentas inerentes à organização de acervos, o arquivista deve trabalhar com um ingrediente a mais: a produção intelectual, a trajetória de vida do titular do arquivo, e o contexto social no qual este acervo foi sendo acumulado e produzido.

Para realizar uma reflexão acerca do papel do arquivista frente ao desafio da organização e gerenciamento dos acervos pessoais, elegemos como pano de fundo o acervo do político cearense Miguel Arraes de Alencar. Devido à complexidade da totalidade de seu arquivo, hoje custodeado pelo Instituto Miguel Arraes, daremos aqui ênfase à uma parcela deste, a qual pode ser considerada sua pedra fundadora: o acervo produzido e acumulado por Arraes durante sua estadia enquanto exilado político brasileiro na Argélia, entre os anos de 1965 e 1979.

Para tal, é fundamental conhecermos um pouco da trajetória política de Arraes, em especial o contexto sócio-econômico em que teve início sua carreira, e posteriormente, no ano de 1964, levou ao seu expatriamento. Durante os anos de exílio, Arraes produziu um acervo documental, que conta não apenas um pouco da

sua história individual, mas também nos proporciona novas possibilidades de compreensão da história do Brasil, e do mundo.

3.1 Miguel Arraes de Alencar: do Crato à Argélia

Com uma extensa vida pública – cerca de 50 anos de carreira política – Arraes ocupou cargos no legislativo e no executivo do estado de Pernambuco. Autor de programas como Água de Beber, Chapéu de Palha, além de ações de eletrificação rural, Arraes permanece no imaginário do povo pernambucano, em especial da população interiorana.

Nascido no dia 15 de dezembro de 1916, no município do Araripe, estado do Ceará, foi o único homem em meio a seis irmãs. Ainda muito jovem, decidiu deixar o seu torrão natal para tentar o curso de Direito em um lugar a léguas de distância, no Rio de Janeiro, então capital federal. Porém, no início dos anos de 1940, prestou concurso público para um cargo no extinto Instituto de Açúcar e do Alcool (IAA), e foi aprovado no mesmo. Aproveitando o tempo e os proventos, concluiu os estudos na Faculdade de Direito do Recife (FDR).

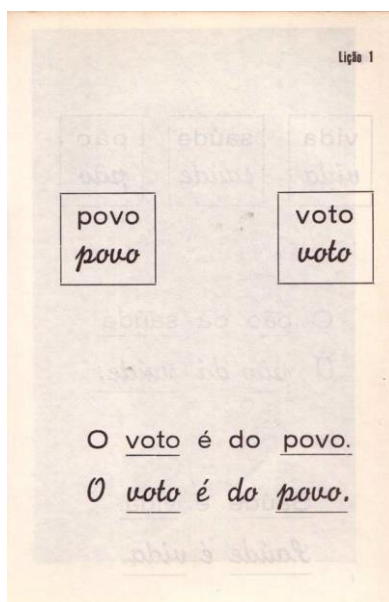
No final da década de 1940, ingressou na cena política local, tendo sido secretário da fazenda do estado por duas vezes (de fevereiro de 1948 a julho de 1950, e por alguns meses em 1959), e também deputado estadual por dois mandatos (1950-1954, e 1955-1958). Em 1959, durante seu segundo mandato como secretário da fazenda do Estado, foi eleito prefeito da cidade do Recife, capital pernambucana, pela Frente do Recife, movimento que aliava setores da burguesia e forças populares do proletariado e campesinato (maiores informações ver SOARES, 1982; SANTOS, 2009).

Sua administração na prefeitura foi marcadamente popular, tendo realizado a urbanização de bairros da periferia da cidade, implantado o ônibus elétrico (*trolebus*), realizado a abertura de importantes avenidas da cidade, como a Conde da Boa Vista, e a hoje intitulada Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar (ROZOVYKWIAT, 2006).

Porém, apesar das obras de infraestrutura, o principal marco da sua administração na prefeitura da capital pernambucana foi o Movimento de Cultura

Popular (MCP). Idealizado por Arraes, o MCP teve início em meados dos anos 1960, com sede no Sítio da Trindade, bairro de Casa Amarela. Inicialmente, se colocava contra os modelos tradicionais de educação, pregando através de novos métodos, uma maior consciência política nas camadas de baixa renda, as quais saíam do papel de expectadoras, para, através da educação, tornarem-se atuantes na sociedade.

Figura 1 - Lições 1 e 2 da Cartilha para alfabetização de adultos do Movimento de Cultura Popular.



Fonte: MOVIMENTO... (1986).

Suas atividades eram ligadas ao ensino, pesquisa, artes plásticas, música, teatro, rádio, saúde e esportes. Posteriormente, o movimento encorpou-se, com a participação de intelectuais, artistas e educadores, tais como Paulo Freire, Josina Godoy e Silke Weber, o artista plástico Abelardo da Hora, o ator José Wilker, o cineasta Eduardo Coutinho, o teatrólogo Luiz Marinho, entre outros nomes (ROZOWYKWIAT, 2006).

Apesar das medidas adotadas na administração da prefeitura da capital pernambucana, pouco simpáticas às camadas sociais dominantes do período, no pleito de 1962, Arraes é eleito governador do estado de Pernambuco, tomando posse do cargo em 31 de janeiro de 1963.

Fotografia 1 - Miguel Arraes discursa em Palanque durante a campanha para governo do estado de Pernambuco, em 1962.



Fonte: Disponível em:

[http://www.onordeste.com/blogs/index.php?titulo=MIGUEL%20ARRAES%20\(Parte%201\)¬id=3895&id_user=1](http://www.onordeste.com/blogs/index.php?titulo=MIGUEL%20ARRAES%20(Parte%201)¬id=3895&id_user=1). Acesso em: 20 maio 2014.

No início dos anos 1960 o Brasil tinha uma cena política polarizada. Após o suicídio do então presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, o país vivia um clima de instabilidade política e econômica. Em 1960, o candidato da União Democrática Nacional (UDN), Jânio Quadros foi eleito presidente da república, permanecendo na cadeira por apenas sete meses, quando renunciou à presidência, deixando o país sob a tutela do vice-presidente eleito, João Goulart.

Setores conservadores viam na posse de Goulart, uma ascensão do sindicalismo e das forças de esquerda ao mais alto cargo da República, o que agravou o quadro político, deflagrando uma crise. Após manobras e tentativas de que Goulart não tomasse posse, e após o que ficou conhecido como “movimento pela legalidade”, encabeçado por Leonel Brizola, Goulart foi empossado presidente do Brasil, em setembro de 1961 (SKIDMORE, 2004).

Durante seu governo de Jango, como João Goulart ficaria conhecido, forças que já estavam em movimento antes de sua posse tomaram maior vulto, como o movimento operário, e as ligas camponesas de Francisco Julião (PAGE, 1972). Com

propostas como o Plano Trienal, que previa reforma agrária, reformas administrativas e fiscais, especialmente, as reformas de base, Goulart agravava o momento político conturbado pelo qual o país atravessava. E foi nesse período turbulento da história brasileira que se deu a primeira administração de Miguel Arraes no governo do Estado de Pernambuco.

Embora breve (Arraes foi empossado no dia 31 de janeiro de 1963, e deposto no dia 01 abril de 1964), no seu primeiro mandato como governador, deu-se continuidade às iniciativas que assumiu durante seu período como prefeito da capital pernambucana. Assegurou direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, tais como o direito às férias, e ao 13º salário, o reconhecimento do direito à greve, e à jornada de trabalho de 8 horas diárias, além de outras medidas, como, por exemplo, a extensão do Movimento de Cultura Popular a outros municípios do estado.

Ainda concernente à área rural, durante sua administração aconteceu o Primeiro Acordo do Campo, realizado em novembro de 1963, que seria classificado por Cavalcanti (1980, p.325), como o mais importante documento já assinado por empresários e trabalhadores rurais no país, obtido em pleito pacífico. Na área urbana, dentre outras medidas, construiu casas populares, e criou o Laboratório Estatal - Lafepe, que revende medicamentos a baixíssimo custo, sendo este ainda hoje existente.

Fotografia 2 - Miguel Arraes e Francisco Julião em reunião com trabalhadores do campo, em Pernambuco. [1963-1964].



Fonte: Acervo Instituto Miguel Arraes (IMA).

Porém, apesar das conquistas populares trazidas em seus 14 meses de administração, com as campanhas pela reforma agrária agitando o campo, e frente às turbulências no plano político nacional, o que gerava uma tensão política permanente, Arraes enfrentaria greves de trabalhadores por todo o estado.

Fotografia 3 - Miguel Arraes discursa em frente ao Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura Canavieira, Jurisdição Rio Formoso, Barreiros e Serinhaém. [1963 – 1964].



Fonte: Acervo Instituto Miguel Arraes (IMA).

Assim, com uma administração marcadamente popular, quando irrompeu o Golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, que mergulharia o Brasil no período que ficou conhecido nos livros de história como os **anos de chumbo**, Arraes não contava com o apoio das classes dominantes e, muito menos das forças armadas, que o pressionaram para que renunciasse ao cargo de governador do estado.

Após longa negociação no Palácio do Campo das Princesas, sede do governo do Estado, Arraes se nega a renunciar, sendo então preso pelos militares, e enviado no dia seguinte ao presídio da Ilha de Fernando de Noronha, onde permaneceria até o ano seguinte.

Fotografia 4 - Miguel Arraes e militares, durante noite de negociações no Palácio do Campo das Princesas. Recife, Pernambuco. 31 de março de 1964.



Fonte:

[http://www.onordeste.com/blogs/index.php?titulo=MIGUEL%20ARRAES%20\(Parte%201\)¬id=3895&id_user=1](http://www.onordeste.com/blogs/index.php?titulo=MIGUEL%20ARRAES%20(Parte%201)¬id=3895&id_user=1). Acesso em: 20 maio 2014.

Através da promulgação de atos institucionais e de uma nova constituição (1967), a Ditadura civil-militar (1964-1985), mergulhou o país em anos de repressão, durante os quais liberdades civis foram cerceadas, direitos políticos caçados, meios de comunicação e artistas censurados, movimentos sociais fortemente reprimidos, presos políticos torturados, mortos, desaparecidos.

Muitos dos expoentes do meio artístico, político e intelectual nacional deixaram o país, voluntariamente ou não, espalhando-se pelo mundo, num exílio que duraria, oficialmente, até o ano de 1979, quando é sancionada a lei de anistia. Dentre estes brasileiros expatriados, encontrava-se Miguel Arraes de Alencar.

Preso desde o dia 1º de abril de 1964, após negociações diplomáticas, em 17 de junho de 1965, Arraes deixou o país com destino à Argélia, país do norte africano, onde permaneceria exilado por 14 anos, até a promulgação da Lei de Anistia, retornando ao país em 15 de setembro de 1979.

3.2 No exílio, o surgimento de um acervo (acervo público, acervo privado)

No contexto brasileiro dos anos 1960 e 1970, o exílio deve ser analisado como um fator importante na compreensão da relação Estado e oposição. Em consulta ao dicionário Houaiss, a definição da palavra *exílio*, enquanto substantivo, aparece como “expatriação forçada ou por livre escolha; degredo” (HOUAISS; VILLAR; 2009, p.856)

Dentro das legislações internacionais, o indivíduo exilado de seu país, é enquadrado na categoria de *refugiado*, sendo assim, segundo documento oficial da *Organização das Nações Unidas* (ONU), enquadrado como uma pessoa que:

[...] temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.⁴

A experiência do exílio é algo extremamente subjetivo, devendo assim ser compreendido nas diversas dimensões psicológicas, políticas, e sociais. Abandonar, voluntariamente, ou não, sua terra natal, família, emprego, amigos, constitui em um acontecimento de extrema violência psicológica, em especial no caso de exilados políticos.

A cultura do medo (ALVES, 2005), impressa pelos atos oficiais de repressão, compreendia, dentre outras práticas, a censura aos meios de comunicação, prisões arbitrárias seguidas de tortura, e desaparecimentos de civis. Ao lado de tais práticas, o exílio poderia ser encarado como um ato extremo. Aos olhos dos governantes, a violência psicológica sofrida por um exilado político, ao ver-se afastado de seu país e de suas sociabilidades, naturalmente o afastaria de qualquer questão política que envolvesse seu país de origem.

Porém, para muitos, apesar da distância e das dificuldades enfrentadas, o exílio surgiu como um novo fôlego na luta contra o regime brasileiro. Além de

⁴ Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados Acesso em 20/11/2014.

reconstruir suas vidas em um país estrangeiro, o distanciamento foi uma oportunidade de rever posições políticas, e observar a realidade do país a partir de outras perspectivas.

Em termos gerais, podemos enquadrar o exílio de brasileiros durante o regime militar em dois grandes grupos: aqueles que foram exilados imediatamente após o golpe de 1964, e os que partiram após a promulgação do Ato Institucional número 5 (AI-5), em 1968, e o recrudescimento do regime. Segundo o pesquisador Cruz (2010), estes dois grupos têm características visivelmente distintas, tanto devido às atividades desenvolvidas, quanto às suas ideologias políticas.

A primeira leva de exilados foi composta por figuras atuantes nos movimentos políticos com inclinações comunistas, bem como professores universitários, e intelectuais, adeptos às mudanças sociais propostas pelo governo de João Goulart. Dentre outros nomes, encontravam-se neste primeiro grupo, nomes como Leonel Brizola, Celso Furtado, Paulo Freire, Francisco Julião, e o nosso personagem, Miguel Arraes de Alencar. Já o segundo grupo de exilados, em sua maioria, eram estudantes e operários, ligados a grupos políticos mais radicais, e que com a promulgação do AI-5, sofreram maior repressão do regime.

3.2.1 Miguel Arraes e o exílio

A estratégia do exílio tinha como objetivo afastar opositores, e desbaratar grupos de oposição, numa tentativa de minar qualquer resistência ao regime autoritário. Após o golpe civil-militar de 1964, Arraes ficou preso durante um ano em quartéis do Recife, e no presídio de Fernando de Noronha. Solto por força de um *habeas corpus*, não tinha segurança de que permaneceria em liberdade, tendo decidido então, pela saída do Brasil. Seu destino: a Argélia, país africano que ficaria conhecido como a meca dos revolucionários (PINHEIRO, 2009).

Localizado no norte da África, a Argélia proporcionou condições sociais e políticas favoráveis a Arraes, não apenas para a compreensão da realidade brasileira, mas também para a ampliação de sua atuação política em outros países africanos que à época lutavam por independência.

Recém-independente da França (1962), e precursor na luta contra a colonização europeia, em meados da década de 1960 o país ainda vivia um clima de instabilidade política. Ao chegar naquele país, no dia 17 de junho de 1965, Arraes foi surpreendido por outro golpe de estado, que depôs o primeiro presidente da república argelina após a independência, Ben Bella.

Arraes contou com o apoio dos representantes políticos da situação, apoio este que fora reforçado pela constituição argelina, a qual assegurava asilo político àqueles que ali o buscassem. Assim, desde exilados brasileiros, até socialistas portugueses, que combatiam a ditadura de Salazar, e integrantes do Panteras Negras, grupo que defendia os direitos dos negros nos Estados Unidos, todos tinham asilo político garantido em solo argelino (PINHEIRO, 2009).

O contexto histórico-social encontrado por Arraes ao chegar ao país do norte-africano, foi de um Estado em reconstrução, carecendo ainda em infraestrutura física, burocrática, e de recursos humanos. Com uma história de constantes invasões, a população argelina encontrava-se em um momento de consolidação de seus passos em direção a um país independente, o que gerava um clima propício a discussões políticas.

Adaptado à vida na Argélia, Arraes organizou uma eficiente rede de contatos, que circulava livre, ou clandestinamente, entre continentes. Para além da atividade política que exercia no Brasil, durante sua estadia na Argélia tornou-se um personagem ativo na política africana, e em parte europeia, atuando como articulador nas lutas pela liberdade.

Esta atmosfera acabou proporcionando a Arraes o estabelecimento de contatos em vários países, desde a Europa, até a Cuba de Fidel, a China de Mao, o Chile de Allende, e a Palestina de Arafat. No contexto africano, muitos líderes socialistas do continente, procuravam ajuda diplomática nos líderes argelinos, a exemplo dos movimentos de libertação de Moçambique, Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, tendo Arraes assumido uma posição relevante no contato com estes líderes. Apesar das dificuldades de comunicação, devido à censura e

permanente vigilância, Arraes também se comunicava com lideranças políticas brasileiras, que se encontravam, em sua maioria, na América do Sul⁵.

Em relação à importância do papel exercido por Arraes no cenário político internacional das décadas de 1960 e 1970, a historiadora Lucili Grangeiro Cortez em sua tese de doutorado, reafirma, através de depoimentos de exilados contemporâneos de Arraes:

Da Argélia, Arraes desenvolveu intensa atividade política, tornando-se uma liderança respeitada no terceiro mundo, tendo colaborado na elaboração da Declaração do Direito dos Povos, em 4 de julho de 1976, uma iniciativa da Liga Internacional pelos Direitos e a Libertação dos Povos, presidida pelo senador italiano Lelio Basso. Diante de sua atuação de liderança, atraiu a esse país vários exilados, principalmente Almeri Bezerra de Mello, Manuel Messias, Aécia Gomes de Matos, Nailton Santos, Frank Svensson, e outros. Almeri Bezerra de Mello desenvolvia uma atividade mais política na Argélia ao lado de Miguel Arraes, e, pela habilidade que tinha em falar outros idiomas, como o francês, italiano, espanhol, ajudou-os nos contatos mantidos na Europa, criando também um boletim sobre o que se passava no Brasil, o Boletim Brasileiro de Informações, que adquiriu certa credibilidade. (CORTEZ, 2003, p. 330-331).

A afirmação feita pela historiadora torna-se explícita ao consultarmos a documentação referente aos quatorze anos de exílio do político. Em seu arquivo, percebemos sua extensa articulação política, e engajamento nas lutas pela libertação não apenas dos povos africanos, mas especialmente contra a ditadura brasileira.

Ao contrário do que pretendiam/imaginavam os governantes - cercear a atuação política dos sujeitos exilados - aconteceu justamente o oposto: o distanciamento da terra natal levou a reflexões muito mais aprofundadas acerca da realidade brasileira e do terceiro mundo.

Assim como outros brasileiros expatriados, Arraes não cessou a luta política contra a ditadura. Através de correspondências e troca de informações, estes estabeleceram uma complexa rede de informações no exterior. No tópico seguinte, trataremos de uma das estratégias utilizadas pelos brasileiros exilados para dar

⁵ Foram consultadas cerca de 15 caixas de correspondências enviadas e recebidas por Miguel Arraes durante os anos de 1965 e 1979. Estas compõem o acervo do IMA, Série Exílio, Subsérie Correspondências.

continuidade ao combate contra a ditadura brasileira, a instituição da Frente Brasileira de Informações (FBI).

3.2.2 A frente brasileira de informação: o uso social da informação

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos brasileiros exilados espalhados pelo globo, diferente do que poderíamos pensar, e, possivelmente do que os membros responsáveis pelo governo brasileiro imaginavam, o exílio transformou-se em um “fenômeno de superação” (CRUZ, 2010, p.34). Seguir com suas vidas nos países em que se encontravam, para muitos não significou esquecer o país natal e a luta que aqui travaram contra o regime militar.

Apesar da distância, os muitos militantes de esquerdas e intelectuais exilados, aproveitaram-se dos contextos democráticos dos países nos quais se encontravam, para promover outra estratégia de luta contra a ditadura brasileira. Para além das dificuldades e da distância, o exílio tornou-se um espaço de debate e reorganização dos grupos opositores ao regime. Nesse sentido, a imprensa aparece como a principal arma desses indivíduos na luta contra a ditadura.

O jornal, como veículo de informação, está baseado em uma leitura da realidade. Assim como outras atividades humanas, a seleção das notícias, os direcionamentos, os objetivos, a forma de escrita de um periódico, são sempre parciais, e muito revelam a respeito das escolhas do grupo idealizador. Dessa forma, ao analisarmos esta tipologia documental, se faz necessária a compreensão do contexto social em que existiu, bem como as escolhas de seus idealizadores.⁶

Nos vários países onde haviam brasileiros exilados, jornais, revistas, e panfletos, eram elaborados por estes, como forma de não desligarem-se da luta contra o regime, e de denunciar seus desmandos aos organismos internacionais. Títulos como *Brasil Hoy*, *Campanha*, *Cartas Chilenas*, *DIAL*, *Brazilian Information Bulletin*, *Brasil Notícias*, *Debate*, *Informações Brasileiras*, e *Resistência*⁷, tinham

⁶ Para uma discussão detalhada acerca da relação imprensa-sociedade, ver DINES, Alberto. O papel do jornal: uma releitura. São Paulo: Summus Editorial. 8ª ed., 1986.

⁷ Alguns exemplares destes periódicos compõem o acervo do IMA.

como temas centrais a denúncia dos crimes contra os direitos humanos perpetrados pela Ditadura, e falsas notícias veiculadas acerca da realidade do país.

Esses periódicos que eram produzidos por brasileiros no exterior, e também dentro do país, aparecem como uma imprensa alternativa, direcionada para a crítica ao sistema político instaurado. Grandes jornais em circulação no país, como era o caso, do jornal Diário de Pernambuco, O Estado de S. Paulo, O Globo, e tantos outros títulos, sobreviviam de seus espaços publicitários, podendo assumir posições políticas alinhadas com os interesses econômicos dominantes. Já a imprensa alternativa dos brasileiros que se opunham ao regime militar, produzida dentro e fora do país, espelhava as escolhas políticas de seus fundadores e representantes.

Logo, esses jornais surgem como uma forma de aglutinar militantes e intelectuais contrários ao que se passava no Brasil. Além de utilizarem-se da imprensa como arma de luta contra a ditadura, esta servia também como uma forma de agrupamento de diferentes vertentes da esquerda brasileira. Para além do objetivo de denúncia, os grupos que se formaram serviam como um espaço de sociabilidade, e debates acerca das possíveis saídas para a situação brasileira, e das novas perspectivas para o futuro do país.

Nesse contexto, surge no ano de 1969, o *Front Brésilienne de Information*, ou Frente Brasileira de Informações, chamado pelos integrantes do grupo por sua sugestiva sigla, FBI (CRUZ, 2010, p.57). Segundo o jornalista Elio Gaspari (2002), este poderia ser considerado como uma primeira iniciativa unitária da esquerda brasileira desde o golpe de 1964. Financiada e dirigida por Miguel Arraes, a Frente Brasileira de Informações era uma rede de denúncias contra a ditadura brasileira. Fizeram parte de sua criação, além de Arraes, outros exilados, como sua irmã, Violeta Arraes Gervaiseau, Márcio Moreira Alves, Almerly Bezerra e Everardo Norões (PINHEIRO, 2009).

A proposta do FBI era a de que, através do estabelecimento de uma rede de informações entre brasileiros ainda residentes no país, e exilados, houvesse uma troca constante de informações acerca do que se passava no país, para que assim fossem escritos os artigos que seriam veiculados em seus boletins informativos. Além de manter essa rede de colaboração entre compatriotas, a Frente buscava também dar visibilidade internacional às arbitrariedades cometidas pelo regime

brasileiro. Em documento intitulado **Front Brasileiro de Informações: Definição**, encontramos o seguinte texto:

1. O Front é uma entidade autônoma, fundada em novembro de 1969, a serviço da revolução brasileira e que tem por objetivo a tarefa/ de divulgação da luta do povo brasileiro contra a ditadura e o imperialismo. Divulgando e justificando esta luta o FBI se propõe não só a denunciar os crimes e as injustiças cometidas contra o povo brasileiro, ou demonstrar o processo de submissão colonial imposto ao país, mas também a mobilizar a opinião pública internacional para o apoio e a solidariedade aos revolucionários.

[...]

7. Para atingir seus objetivos, o FBI deseja contar com a colaboração de todos aqueles que atuam dentro e fora do país. Essa colaboração pode ser concretizada através do apoio político ao trabalho realizado; da remessa de informações para divulgação; dos documentos e decisões das diversas organizações; de estudos e dados sobre o Brasil que ajudem o conhecimento da situação nacional sob qualquer aspecto; de críticas e sugestões ao trabalho realizado pelo Front; de contribuição financeira para sua execução.⁸

As condições socioeconômicas, as prisões, as torturas, e a ausência de liberdade de expressão, eram temas recorrentes nos boletins. Outros assuntos abordados eram as ditaduras latino-americanas, a influência norte-americana no Brasil, bem como o imperialismo brasileiro na América Latina, como podemos observar nos diversos impressos publicados.⁹

Sendo assim, aqueles sujeitos que produziam os textos do boletim buscavam se contrapor a uma determinada representação de Brasil que era imposta pelo Regime Militar. Questionar o *Status Quo* institucionalizado era a principal questão daqueles militantes. Ir de encontro à memória coletiva que era institucionalizada pelo regime, era fundamental. O historiador Roger Chartier, afirma que “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa dos outros [...] a legitimar um projeto reformador” (CHARTIER, 1996; p. 17). A luta dos militantes do

⁸ Texto intitulado: *Front Brasileiro de Informações: Definição*. Disponível no acervo do Instituto Miguel Arraes – IMA, Série Exílio, Subsérie Boletim Informativo, Pasta 4, EXI_BIFBI_091.

⁹ Coleção de boletins informativos publicados pelo *Front*, disponíveis para consulta no IMA.

Front acaba se tornando uma luta pela institucionalização de uma determinada memória, que não era aquela pretendida oficialmente pelos militares.

Maurice Halbwachs afirma que a construção de uma memória coletiva passa primeiro por uma institucionalização dos fatos que devem ser lembrados. E as linhas escritas nos boletins narram acontecimentos que não estavam sendo normatizados pelo governo brasileiro para serem recordados *a posteriori*, chegando o presidente Garrastazú Médici (1969-1974) a tecer o seguinte comentário acerca do conteúdo dos boletins: “Uma campanha sistemática de difamação do Brasil no exterior” (CRUZ, 2010, p. 61).

O combate feito por militantes exilados à ditadura civil-militar brasileira revela outra percepção sobre acontecimentos tão bem enquadrados em uma memória institucional do país. Isso quer dizer que investigar esta trama requer alguns cuidados metodológicos para se escapar de abordagens equivocadas, sobretudo, quando se trata de relatos subterrâneos.

A aura de medo do comunismo, disseminada sistematicamente pelo governo brasileiro, tornou possível que no exterior as atrocidades que estavam ocorrendo aqui no Brasil ganhassem vulto dentro de um panorama internacional. Com o intuito de bradar aos quatro cantos do mundo as violações aos direitos humanos que aconteciam em sua terra natal, os textos da Frente Brasileira de Informação eram publicados em diversos idiomas, mas todos com temáticas em comum.

Muitas páginas em branco ainda estão por ser escritas sobre episódios como esses do Boletim de Informação. É preciso rastrear as falas e o fluxo de pessoas que saíam do Brasil e transmitiam a seu modo a mesma luta que estava sendo travada pelos militantes do *Front*. No jornal carioca *Correio da Manhã* de 26 de setembro de 1972, foi publicada uma nota que revela um pouco de como essas falas estavam sendo compreendidas em território nacional:

Altos prelados católicos brasileiros, como o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara à frente, e ministros episcopais, denunciaram frequentemente as supostas torturas de presos políticos. Outras denúncias são feitas pelo Centro de Exilados Residentes na Argélia, chefiado pelo ex-governador de Pernambuco,

Miguel Arraes. Nos Estados Unidos, há uma violenta campanha contra esse suposto estado de coisas.¹⁰

É interessante perceber que os movimentos, como o que Miguel Arraes encabeçava, estavam de alguma forma reverberando no monstro que eles desejavam execrar, tendo vozes em consonância dentro do próprio país.

A equipe do *Front* era composta por integrantes de grupos de esquerda com orientações ideológicas diversas, porém com um objetivo em comum: a luta contra a ditadura brasileira. Militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), do Partido Comunista, bem como religiosos, artistas, e intelectuais que não eram filiados, ou não declaravam apoio a nenhuma vertente política em específico, colaboravam nas atividades que compreendiam, desde a coleta e troca de informações, arquivamento das mesmas, redação das notícias, datilografia, distribuição, entre outras atividades. Em entrevista à jornalista Andrea Pinheiro, um de seus integrantes, João Bosco Feres, coloca:

Não era uma tarefa das mais simples. Tudo era feito meio na clandestinidade, somente as pessoas já 'irremediavelmente' queimadas (banidos e personalidades superconhecidas) é que se apresentavam abertamente. Havia um grupo grande de artistas e intelectuais e religiosos, com uma situação ainda legal no Brasil. Estes eram, naturalmente, muito protegidos, pois representavam um elo importante com o Brasil. (PINHEIRO, 2009, p.10).

Na mesma entrevista, este coloca ainda que “o governo militar chegou a mandar agentes para a Europa para traçar a composição do grupo que denegria a imagem do país no exterior”. As últimas edições do *Front* foram veiculadas no ano de 1979, ano em que foi sancionada a lei de anistia¹¹.

Seus textos foram publicados na França, Holanda, Itália, Chile, e Estados Unidos (CRUZ, 2010, p.59). No Brasil, as edições chegavam clandestinamente, e eram distribuídas pelo jornalista Darwin Brandão (ROZOWYKIAT, 2006, p.101). Além de sua organização central na Argélia, possuía grupos de colaboradores nos países em que eram distribuídos seus exemplares, sendo os textos traduzidos para a língua local, e também, incorporados novos textos de acordo com as necessidades de cada país. Sobre a hierarquia entre o Comitê de Direção e as sessões do *Front*

¹⁰ CAMPANHA no exterior. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 669, 26 set. 1972.

¹¹ Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

nos diferentes países, encontramos ainda no documento *Front Brasileiro de Informações: Definição*:

3. O FBI é dirigido por um Comitê de Direção que responde politicamente e operativamente pela entidade, planeja a sua atividade global, supervisiona o cumprimento das tarefas e designa e instrumenta politicamente, em cada país ou região, os responsáveis locais pelo Front.

[...]

5. O FBI procurará ter em cada país, um ou mais correspondentes encarregados do trabalho local. A estrutura do front em cada país, se adaptará, sempre que possível, às condições locais, observado o que aqui se prescreve.¹²

No Comitê de Direção, com sede na Argélia e direção de Miguel Arraes, ocorria todo o processo de produção do boletim, desde o recebimento de informações, até a digitação e impressão dos boletins. Como conta Yara Gouvêa¹³, ex-militante da VPR, e que trabalhou na sede do *Front*, as informações acerca do que se passava no Brasil, chegavam de diversas fontes. Além de exilados e militantes da esquerda, ainda residentes no país, membros das igrejas católica e evangélica, bem como órgãos reconhecidos internacionalmente, como a Anistia Internacional, e Associações de Direitos do Homem, também colaboravam com informações.

Além da direção, e financiamento (CRUZ, 2010, p.59) das publicações do *Front*, Arraes também colaborava na redação das matérias a serem veiculadas. Além dele, tiveram papel importante na organização e manutenção da estrutura de funcionamento, os cofundadores do *Front*, Violeta Arraes Gervaiseau e Márcio Moreira Alves. Além da elaboração dos boletins, era prestado auxílio logístico a brasileiros que chegavam à Europa e África, com direcionamentos desde a questão do traslado, até o estabelecimento destes no exterior. Extrapolando a rede de troca de informações, estabeleceu-se também uma rede de solidariedade entre os brasileiros exilados.

Porém, como dito linhas acima, seus integrantes vinham de diversas vertentes da esquerda, o que, segundo Yara Gouvêa (*op. cit*), em entrevista

¹² Texto intitulado: *Front Brasileiro de Informações: Definição*. Disponível no acervo do Instituto Miguel Arraes – IMA, Série Exílio, Subsérie Boletim Informativo, Pasta 4, EXI_BIFBI_091.

¹³ Entrevista concedida por Yara Gouvêa ao pesquisador Fábio Lucas Cruz, em fevereiro de 2010, acerca do funcionamento das publicações do *Front Brésilienne de Information*.

concedida ao pesquisador Cruz (2010, p. 59), gerara uma falta de coesão entre os grupos, levando ao esfacelamento do organismo. Em sua fala, Yara coloca:

[...] Os membros da equipe da Frente vinham de diferentes horizontes e por mais que Miguel Arraes tentasse definir os objetivos da publicação, arquivar o material que chegava até nós não era tarefa simples. Cada novo exilado que chegava queria refazer todo o arquivo e adotar novos critérios. O que mais nos faltava era a humildade. Humildade que, com toda sua sabedoria sertaneja, Miguel Arraes nunca conseguiu nos transmitir. As relações eram bastante complicadas. Tínhamos trazido para o exterior os problemas que não soubemos resolver no Brasil e o clima entre os grupos era de muita desconfiança e pouca transparência. [...].

Apesar de sua importância enquanto arma na luta contra a ditadura brasileira, o *Front* teve suas publicações encerradas em 1975. Especula-se que sua extensão e complexidade, tenham sido a causa de sua extinção.

Não apenas durante os anos nos quais houve a publicação dos boletins do *Front* (1969-1975), mas durante todo o período em que esteve exilado, Arraes acumulou e produziu textos e documentos. Estes versavam não apenas sobre as arbitrariedades que se passavam no Brasil, mas também sobre o imperialismo norte-americano, e sobre a realidade dos países latino-americanos, em especial os igualmente assolados por golpes de estado, como o Chile, Argentina, e Uruguai.

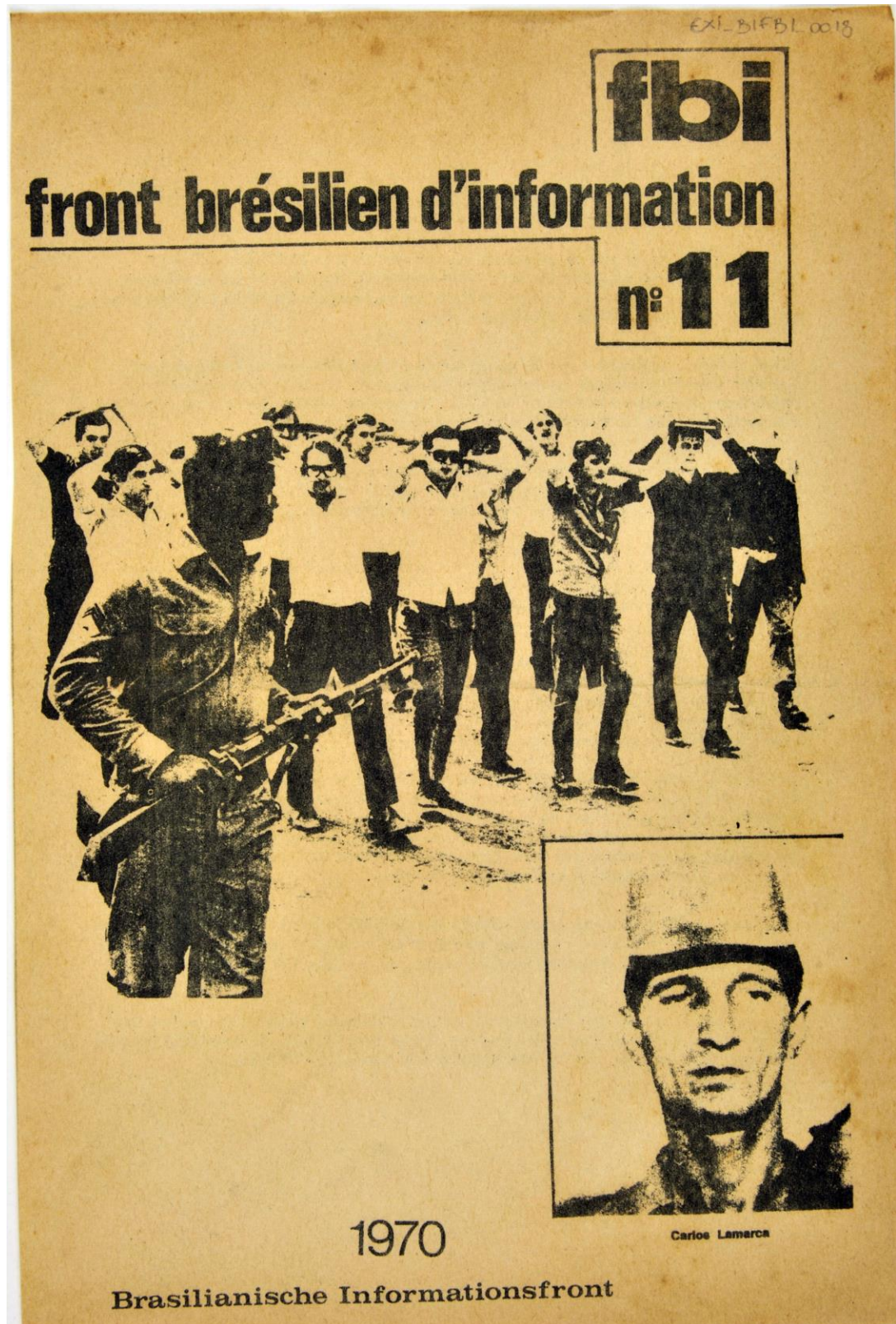
Um acervo como o produzido e acumulado por Miguel Arraes na Argélia, dificilmente existiria dentro do contexto social vivido no Brasil das décadas de 1960 e 1970. A possibilidade de sua existência pode ser atribuída a quadros sociais muito específicos, como o contexto argelino, e mundial, que possibilitaram a existência de uma rede de informações e solidariedade entre exilados políticos como o FBI, a qual produziu uma memória subterrânea - na época de sua produção - e que hoje faz parte da memória coletiva brasileira.

Figura 2 - Capa da edição do Front Brésilien d'Information (FBI), Nº 2, Fevereiro de 1972, Ano 4. Edição publicada em francês.



Fonte: Acervo do Instituto Miguel Arraes (IMA).

Figura 3 - Capa da edição do Front Brésilien d'Information (FBI), Nº 11, ano de 1970.
Edição publicada em alemão.



Fonte: Acervo do Instituto Miguel Arraes (IMA).

Figura 4 - Capa da edição do Front Bresilien d'Information (FBI) / Brasilianische Informationsfront, Nº 13, Fevereiro de 1971. Edição publicada em alemão.

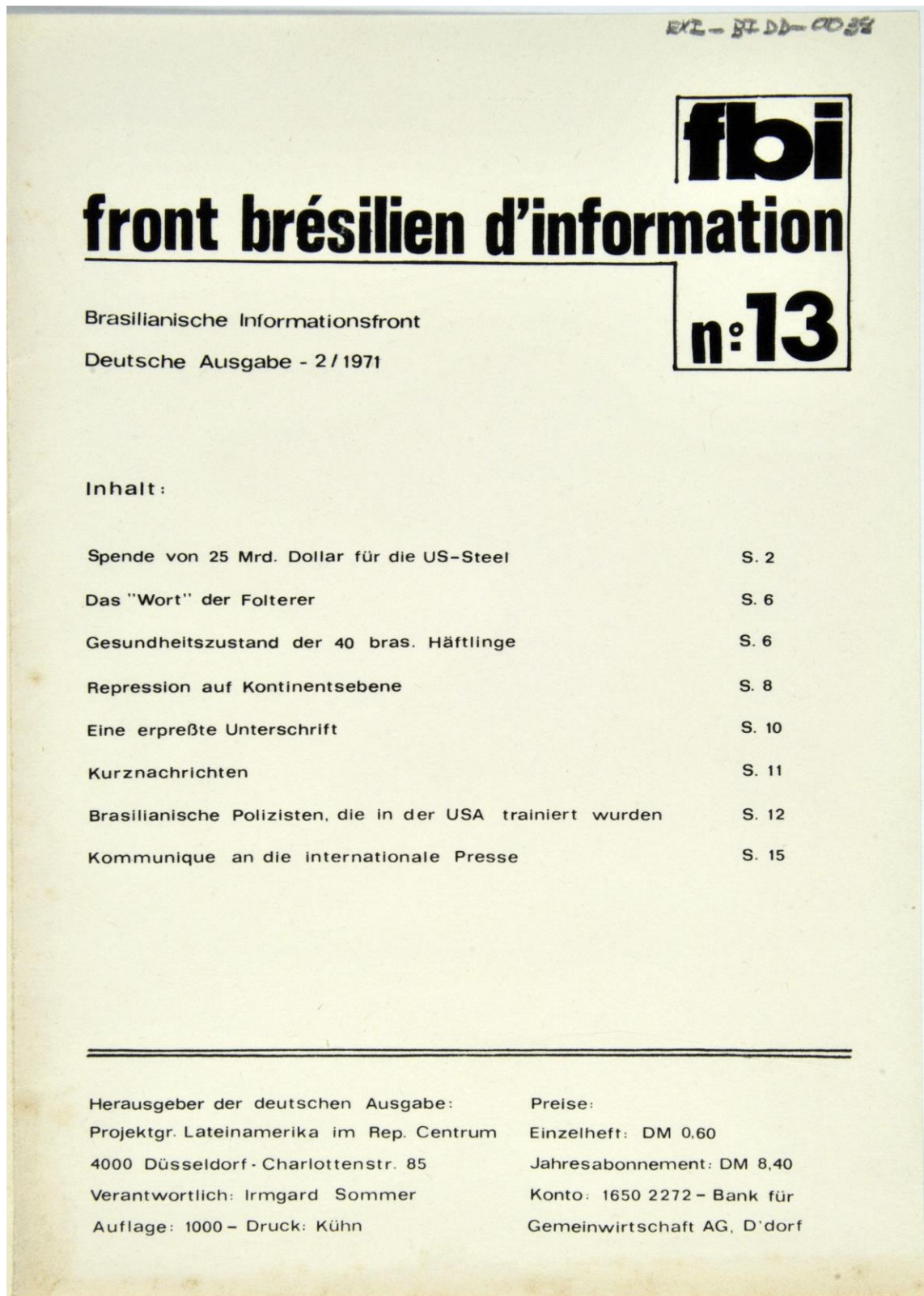
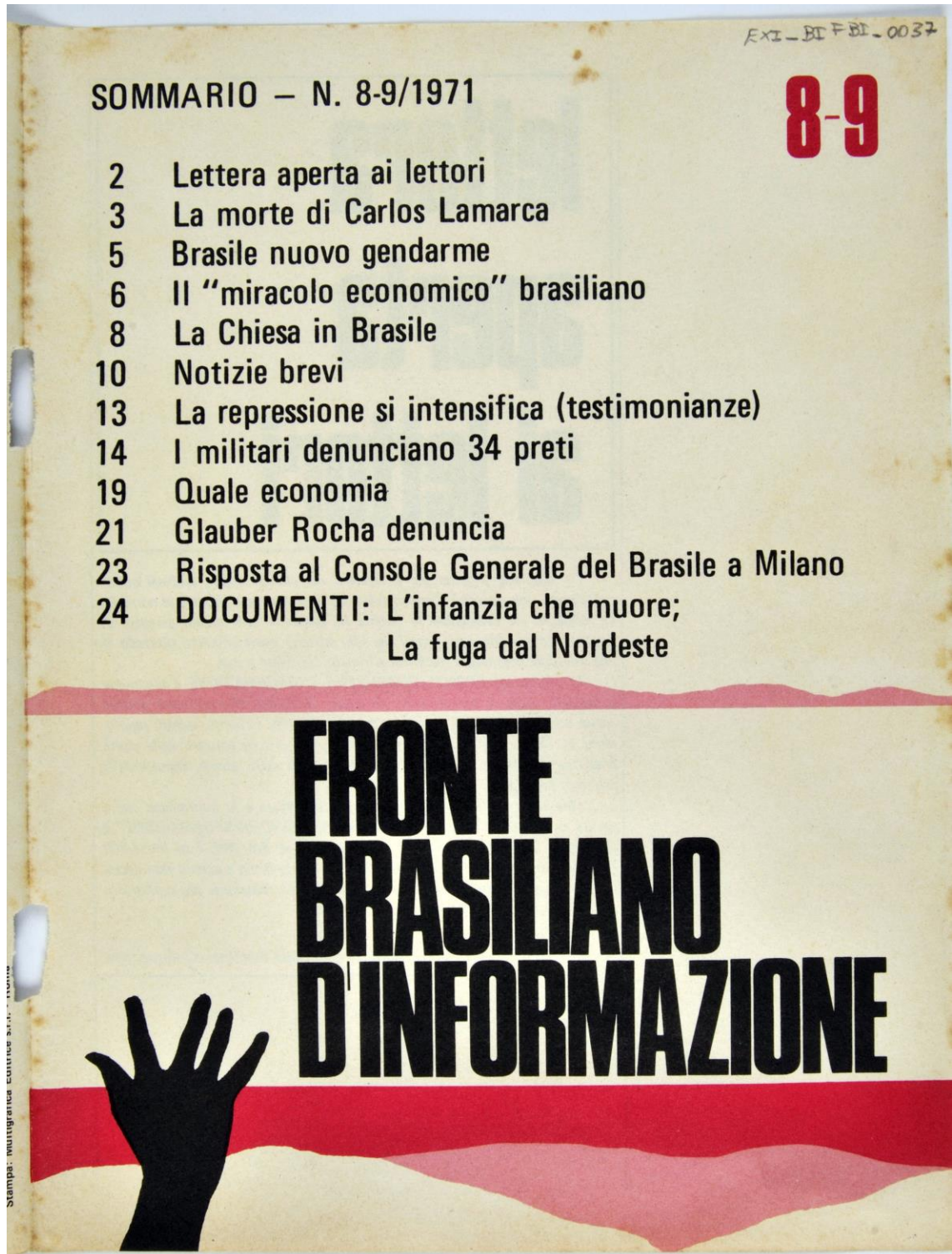
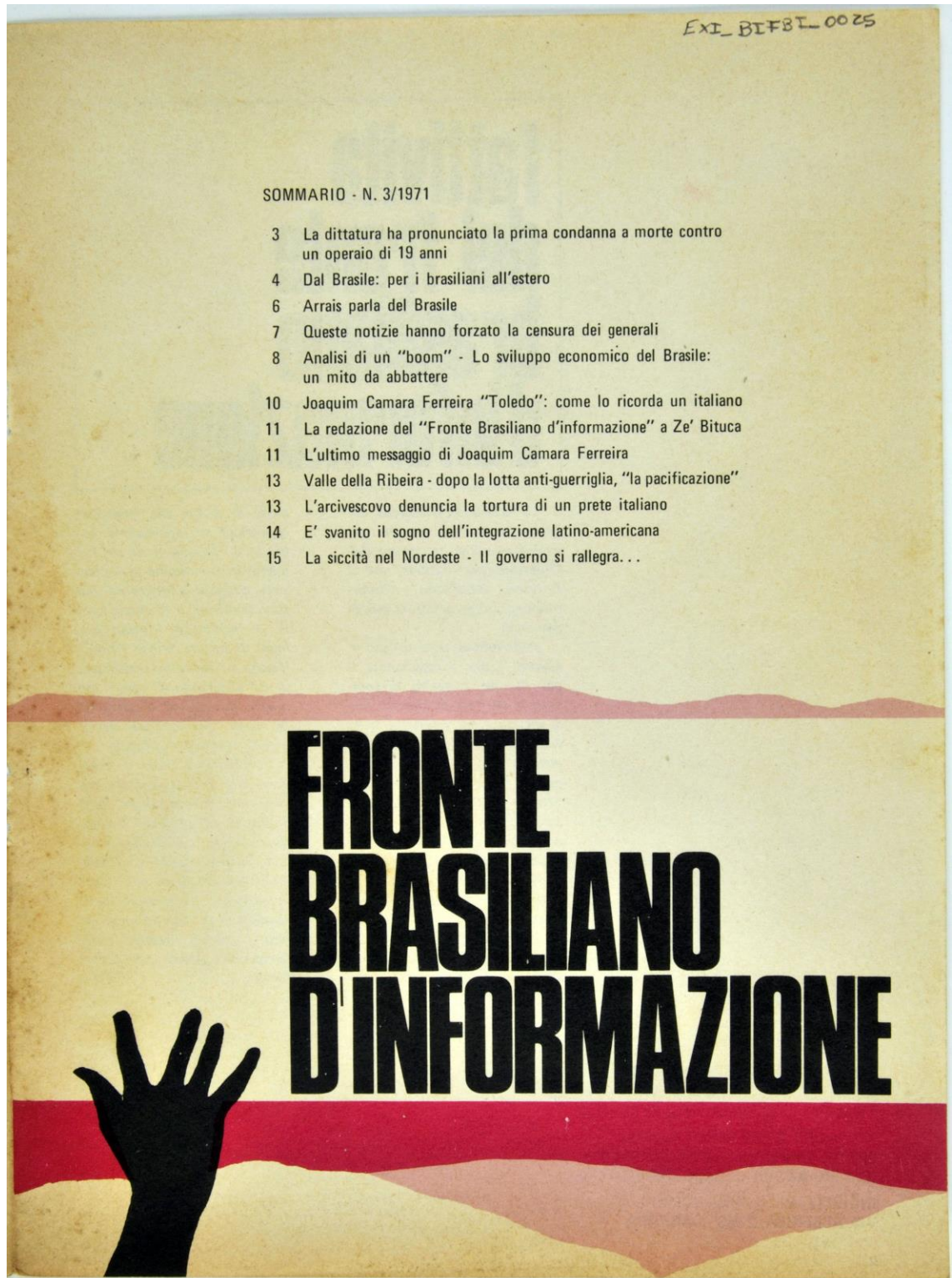


Figura 5 - Capa da edição do Fronte Brasileiro d'Informazione (FBI), Nº 8-9, ano de 1971. Edição publicada em italiano.



Fonte: Acervo do Instituto Miguel Arraes (IMA).

Figura 6 - Capa da edição do Fronte Brasileiro d'Informazione (FBI), Nº 3, ano de 1971. Edição publicada em italiano.

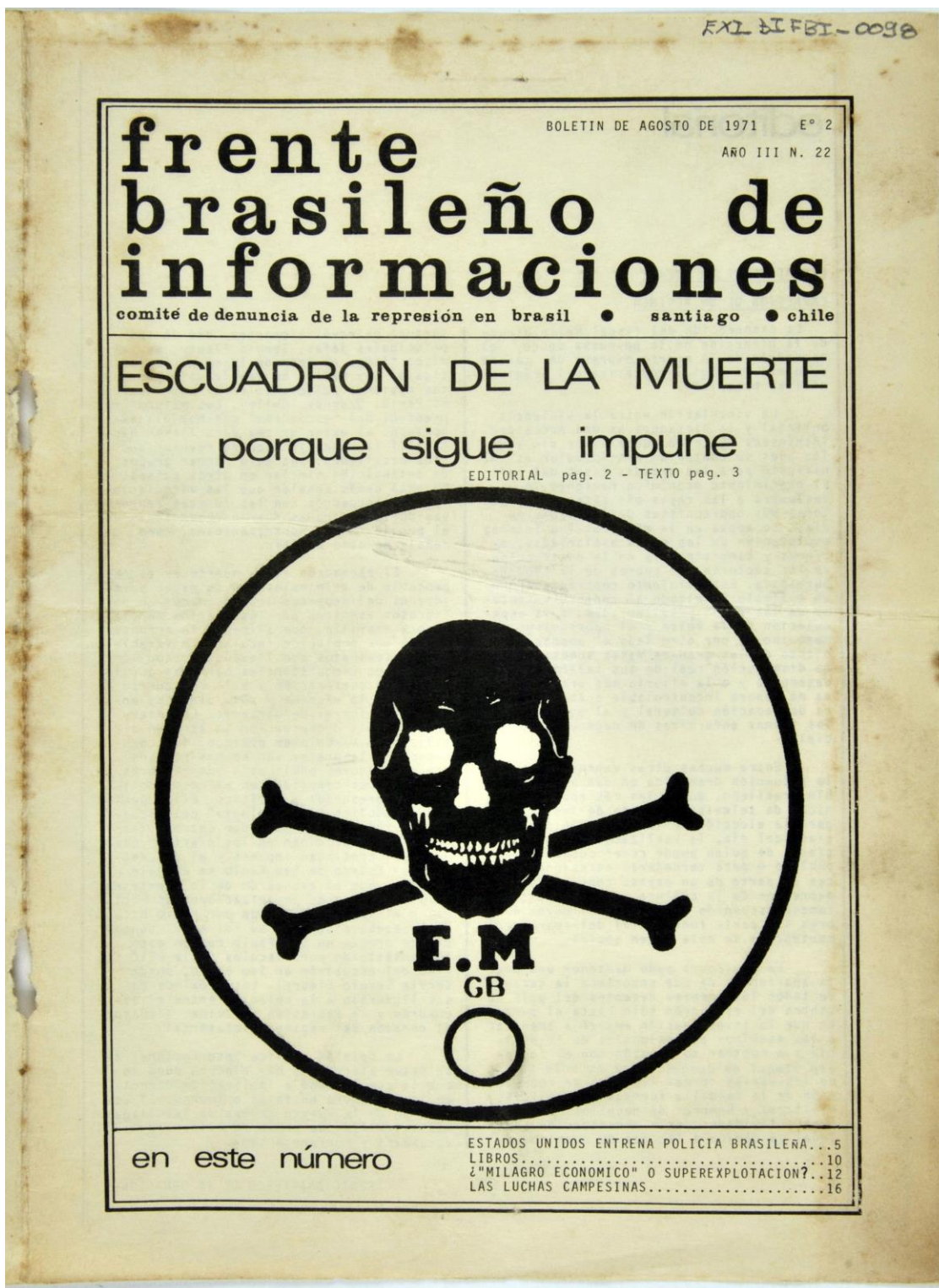


Fonte: Acervo do Instituto Miguel Arraes (IMA).

Figura 7 - Capa da edição do Frente Brasileiro de Informaciones (FBI), Nº 25, Novembro de 1971, Ano 3. Edição publicada em espanhol.

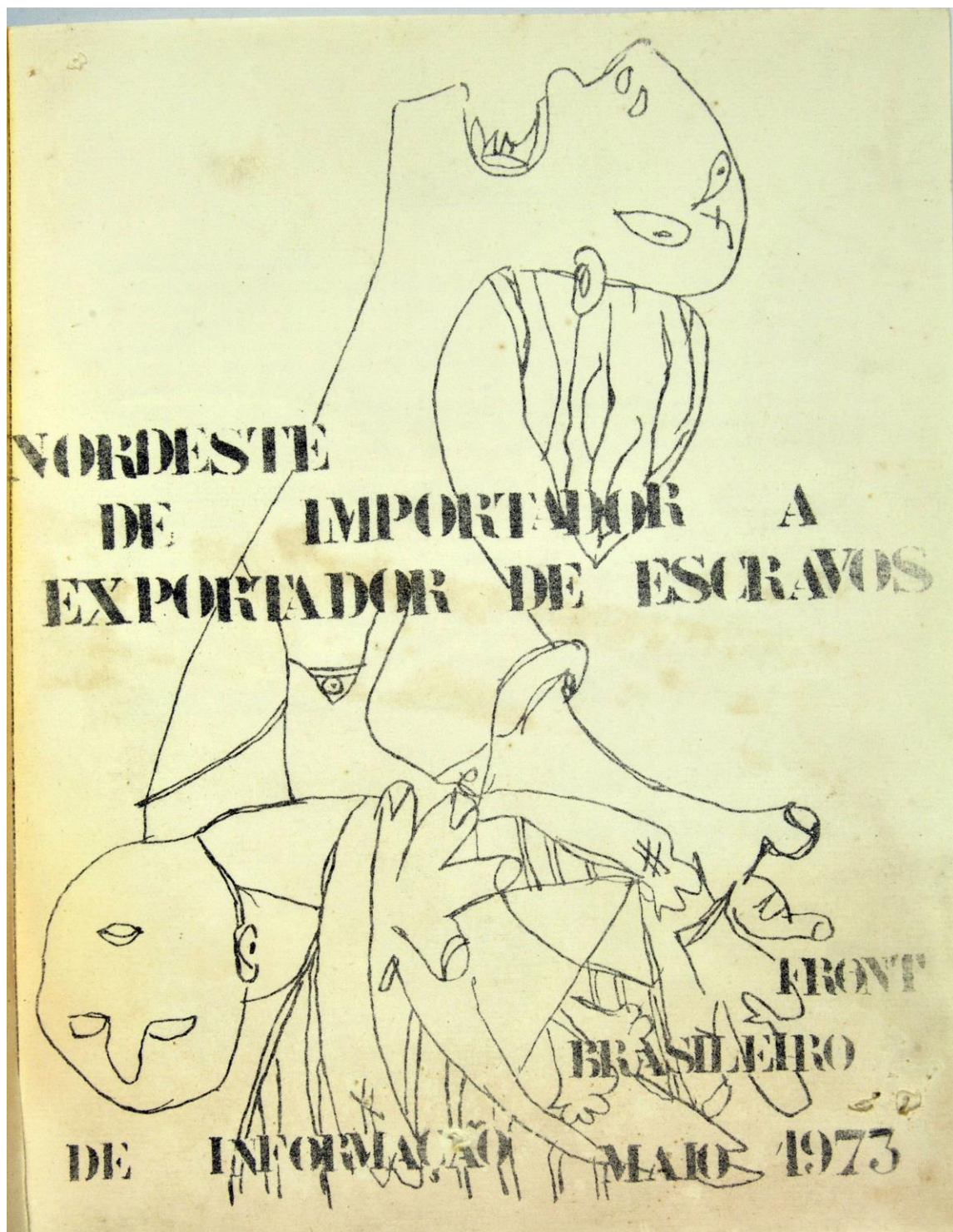


Figura 8 - Capa da edição do Frente Brasileiro de Informaciones (FBI). Edição publicada em espanhol.



Fonte: Acervo do Instituto Miguel Arraes (IMA).

Figura 9 - Capa da edição do Frente Brasileiro de Informações (FBI), Edição publicada em português.



Fonte: Acervo do Instituto Miguel Arraes (IMA).

Figura 10 - Capa da edição do Frente Brasileiro de Informações (FBI), Edição publicada em francês.

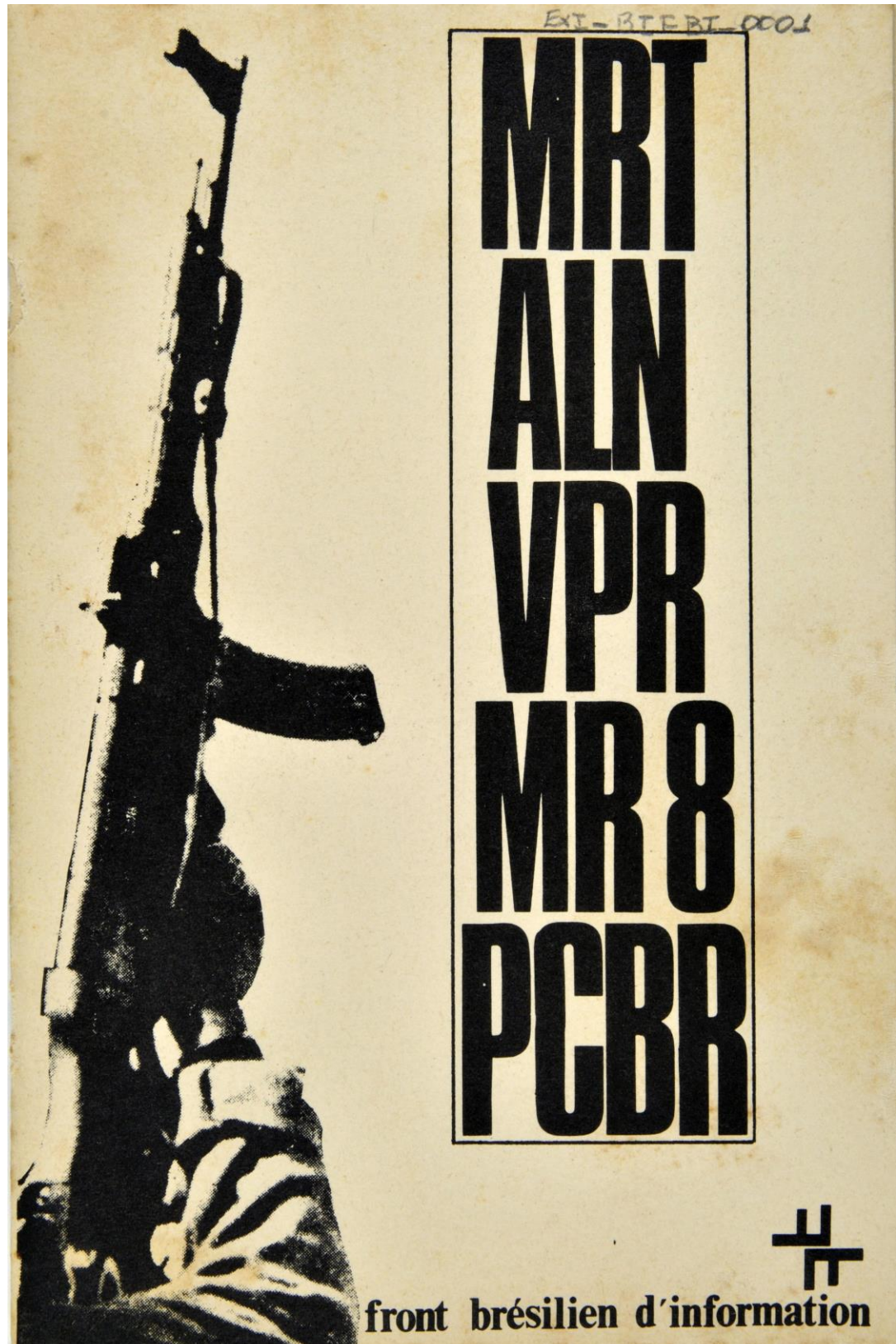


Figura 11 - Capa da edição do Braziliaans Informatiefront (FBI), Nº 8, mês de outubro, Ano 1. Edição publicada em holandês.



Fonte: Acervo do Instituto Miguel Arraes (IMA).

4 O PAPEL DO ARQUIVO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA

No capítulo anterior, explicitamos a trajetória política do ex-governador do Estado de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar, com o objetivo de situar o leitor acerca do contexto histórico, político, e social, no qual o acervo do qual trataremos mais adiante, foi acumulado pelo político, e por aqueles que fizeram parte da Frente Brasileira de Informações (FBI).

Com a promulgação da lei 6683, que ficaria conhecida como lei da Anistia, Arraes volta a residir no Brasil, em 1979, tendo como marco público de seu retorno, o famoso discurso, proferido em palanque no bairro de Santo Amaro, na cidade do Recife.

Arraes retomaria a carreira política ainda durante os anos de chumbo. Entre os anos de 1983 e 1986, ocupou o cargo de deputado federal. Em eleição histórica, a primeira eleição direta para o poder executivo desde o Golpe, Arraes volta ao Palácio do Campo das Princesas, em sua segunda eleição para o governo do Estado, tendo desta vez cumprido seu mandato na íntegra (1987 a 1990). Em seguida, ocupou mais uma vez o cargo de deputado federal (1991 a 1994), e, posteriormente, mais um mandato como governador de Pernambuco (1995 a 1998). Ao final do exercício de seu terceiro governo, tentou reeleição, não obtendo êxito nas urnas. Em 2002, aos 86 anos de idade, elegeu-se novamente deputado federal, tendo falecido no exercício do cargo, em agosto de 2005.

Com mais de 50 anos de vida pública, o arquivo pessoal do político Miguel Arraes de Alencar vai além do acervo acumulado pelo indivíduo. Como tantas outras coleções documentais de personagens públicos, seu arquivo conta a história, não apenas do homem público, mas parte da história contemporânea brasileira.

No presente capítulo, trataremos da constituição do Instituto Miguel Arraes (IMA) enquanto **lugar de memória**, o qual, para além de um arquivo pessoal, abriga a história de movimentos políticos e sociais. Faremos uma breve descrição do acervo da instituição, abordando sua organização atual, e conteúdo.

Devido à extensão de seu acervo, e conforme explicitado anteriormente, daremos ênfase a uma parcela específica de seu arquivo documental, a Série Exílio. Diferente das outras séries, majoritariamente compostas pela documentação

acumulada durante os diversos cargos públicos ocupados por seu titular, cujo conteúdo é composto por documentação administrativa, os documentos acumulados durante os anos de exílio nos permitem identificar particularidades acerca das formas de produção, uso e organização da informação, do percurso da história de muitos, institucionalizada como a vida de apenas um sujeito.

4.1 O Instituto Miguel Arraes (IMA): a institucionalização da memória

O arquivo acumulado por Miguel Arraes durante toda sua trajetória de vida teve, com o passar do tempo, novas camadas de significado, sobrepostas às suas funções originárias. Esse deslocamento, desde sua produção, quando servia de arquivo corrente, até tornar-se um acervo histórico, institucionalizado, proporciona novos olhares sobre como interpretá-lo (COOK, 2002). Para entender este movimento, é preciso partir do local que custodia este acervo atualmente, o IMA.

Segundo Chagas (2005), a definição da palavra patrimônio carrega, ainda nos dias de hoje, uma dificuldade de completude, de unidade, ao exemplo também de termos como cultura e memória, os quais possuem definições diversas, variando de acordo com o espaço no qual estão sendo discutidos. De acordo com este autor, para que se caracterize algo como patrimônio, se faz necessário uma identificação de valor e de alguma ameaça, perigo, o que enseja à ação, ao cuidado em se preservar, para que não se perca.

Nesse sentido, o IMA, alinha-se ao que Chagas (2005) coloca como uma instituição de patrimônio, ou museu (casa de memória e poder), encaixando-se em uma noção ampla de patrimônio, na medida em que sua missão, seu objetivo é a preservação da memória de seu patrono, o que, nas palavras de Fragoso (2009), constituem instituições de memória, sendo estas:

[...] órgãos públicos ou privados, instituídos social, cultural e politicamente, com o fim de preservar a memória, seja de um indivíduo, de um segmento social, de uma sociedade ou de uma nação; que tem funções de socialização, aprendizagem e comunicação, e disponibiliza informação patrimonial como fonte de pesquisa na formação de identidades, na construção da história e na produção de trabalhos científicos. (Apud FRAGOSO, 2009, p. 69).

Em consonância com essa definição de instituição-memória, após a morte do ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar, sua viúva, Dona Magdalena Arraes, junto a familiares, correligionários e amigos, decidiram fundar uma instituição dedicada à preservação da sua memória, de seu pensamento político e social. Nasceu assim, em 2009, o IMA, o qual tem sua sede na casa em que o ex-governador morou após de sua volta do exílio, até a sua morte, com endereço na Rua do Chacon, número 323, bairro do Poço da Panela, localizado no Recife, Pernambuco.

Concebido como uma instituição sem fins lucrativos, o IMA tem como objetivo, além da preservação da memória, a disponibilização de seu acervo documental a pesquisadores, a interação com a sociedade civil e acadêmica, de preservar e perpetuar o legado social deixado por Miguel Arraes.¹⁴

Seu acervo é composto por cerca de 270 mil itens, acumulados desde a década de 1930. Com variada tipologia documental, abriga desde a biblioteca pessoal de Arraes, a qual é composta por cerca de seis mil volumes, sua coleção de discos de vinil, CDs, VHSs, DVDs, fotografias, documentos pessoais e documentos administrativos produzidos durante sua trajetória política, contendo cartas, manuscritos, recortes de jornais e revistas, obras ofertadas por artistas pernambucanos como Cícero Dias e Abelardo da Hora, entre outros. Além da documentação já disponível ao público para consulta, ainda estima-se em cerca de 80 mil documentos a serem identificados e organizados, e outros aguardam conservação preventiva, para serem então incorporados ao arquivo.

Como dito acima, o acervo do IMA é oriundo de diversas fontes, o que o torna um conjunto documental extremamente complexo. Lá, podemos encontrar desde correspondências oficiais das secretarias do seu segundo mandato como governador, até sua documentação pessoal, recortes de jornais, bilhetes, fotografias, dentre tantas outras tipologias.

No que tange à parcela referente a documentos textuais, além de sua biblioteca pessoal, atualmente, a coleção de documentos em suporte papel

¹⁴ Para mais informações, consultar o site da instituição: www.institutomiguelarraes.com.br. Acessado em julho de 2014.

encontra-se subdividida em seis grandes séries documentais, ordenadas por cores, segundo o método Variadex¹⁵:

- Amarela (Série Diversos – documentação produzida nos primeiros cargos públicos ocupados por Arraes).
- Azul (Série Governo - documentação referente aos três mandatos de Arraes como governador do Estado de Pernambuco, de 1963 a 1998).
- Vermelha (Série Exílio – documentação referente aos anos em que Arraes esteve exilado na Argélia, de 1965 – 1979).
- Verde (Série Política - documentação referente à atividade partidária, no Partido Socialista Brasileiro - PSB).
- Laranja (Série Particular - documentações diversas de interesse particular).
- Dourada (Acervo Especial – textos produzidos sobre e por Miguel Arraes; documentação pessoal, incluindo diplomas, certificados, cópia do dossiê elaborado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), entre outros).

No início de 2014, o acervo fotográfico, antes diluído nas diversas séries documentais da instituição, foi agrupado compondo hoje uma coleção específica. Anteriormente, as fotografias eram armazenadas e organizadas dentro das seis grandes séries documentais, levando-se em conta a organização do restante da documentação, portanto, a ordem cronológica. Hoje, todas as fotografias do acervo encontram-se reunidas, em fase de reorganização, acondicionamento em material apropriado, e catalogação.

Em fevereiro de 2014, teve início o processo de tombamento do Acervo¹⁶, iniciado pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, fundamentado na legislação estadual CEP/1989, Lei nº 7.970/1979, Lei nº 15225/2013, e Decreto nº 6.239/1980, e em consonância com a legislação federal

¹⁵ O método variadex utiliza-se de cores para facilitar o arquivamento e a localização dos mesmos (PAES, 2009).

¹⁶ Para informações sobre o início do processo de tombamento do acervo, ver Diário Oficial de Pernambuco, publicado no dia 13 de fevereiro de 2014. Link: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/66167922/doe-pe-13-02-2014-pg-14>.

CF/1988 e DL nº25/1937, o qual salvaguarda o acervo nos moldes de um bem tombado, até que termine o processo em questão, garantindo assim sua permanência no local de origem, e o mantém protegido juridicamente.

4.2 Série Exílio: composição e conteúdo

Com a criação do IMA, veio então a necessidade de reunir toda a documentação referente à vida pessoal e política de seu patrono. Foram trazidas para a sede do IMA toda a documentação que encontrava-se armazenada em seu escritório político, localizado no bairro da Torre, somados a estes, documentos oriundos de doações de familiares e amigos.

Apesar de Arraes ter retornado ao Brasil em 1979, com a lei de Anistia, a documentação acumulada no exílio não voltou junto com seu produtor e família. Após passar anos na residência do ex-deputado, e amigo pessoal, Márcio Moreira Alves, no interior da França, as caixas de documentos produzidos na Argélia, quando trazidas de volta ao Brasil, permaneceram fechadas até o falecimento de Miguel Arraes, em agosto de 2005 (PINHEIRO, 2009).

Toda a documentação foi devidamente higienizada e conservada, pela empresa Grifo – Diagnóstico e Preservação de Bens Culturais, através de projeto financiado pela Fundação João Mangabeira, ligada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Sobre a recuperação dos documentos referentes ao acervo vindo do exílio, relatou em entrevista, a historiadora e restauradora de documentos, Suzana Omena, coordenadora do projeto responsável pela conservação da documentação:

Pelas condições de armazenamento, ação do tempo, e oscilações climáticas aos quais a documentação foi submetida, grande parte do material encontrava-se bastante deteriorada, o que resultou na perda de parte do acervo, e dificultou o processo de conservação e restauração dos mesmos.¹⁷

¹⁷ Entrevista realizada no dia 19/11/2014, com Suzana Omena, conservadora e restauradora da empresa Grifo – Preservação e Diagnóstico de Bens Culturais.

Após o processo de recuperação, a coleção foi organizada por tipologias documentais, ordenadas cronologicamente, e armazenada em caixas adequadas à conservação de papel, para uma maior durabilidade do material. Devido à importância histórica e política do acervo, a Série Exílio foi digitalizada pela FUNDAJ.

Em meados de 2012, foram localizados na sede do IMA, antiga residência do político pernambucano, mais documentos. Boa parte desta “nova” documentação, que somava cerca de 2000 laudas, era referente aos anos do exílio. Foi novamente contactada a conservadora Suzana Omena, que realizou diagnóstico do estado de conservação dos documentos. Foi então enviado novo projeto de conservação documental à Fundação João Mangabeira, que mais uma vez patrocinou a conservação do acervo. Este projeto foi concluído no final do ano de 2013, e acrescentou ao arquivo, entre documentos diversos, fichários identificados por sua viúva, Magdalena Arraes.

Atualmente, a série Exílio encontra-se arquivada em cinco subséries, de acordo com tipologias documentais e, dentro de cada subsérie, em ordem cronológica:

- **Boletins Informativos:** Composta por vários títulos de jornais clandestinos que circulavam durante os anos de 1965 a 1979. Dentre estes havia o *Boletim do Front Bresilienne d'Information*, *Campanha*, *Temas y Debates*, entre outros. As temáticas tratadas nestes boletins eram denúncias das arbitrariedades cometidas pela ditadura brasileira, e de outros países da América Latina, como o Chile. Cerca de doze caixas de documentos.
- **Correspondências Expedidas e Recebidas:** Cerca de dezessete caixas de correspondências enviadas e recebidas por Miguel Arraes. Com temáticas que vão desde correspondências pessoais, até troca de informações sobre o que se passava no Brasil, e outros países.
- **Documentos:** contém relatórios do *Front Bresilienne d'Information (FBI)*, denúncias de presos e desaparecidos políticos brasileiros, documentos relativos a grupos de esquerda brasileiros, entre outros. Contém cerca de trinta e cinco caixas de documentos.

- **Fichários:** subsérie recém-incorporada ao arquivo (final do ano de 2013). Eram fichários com garras de metal, que mantinham sua configuração original, ordenados cronologicamente, e por assunto, tendo, por sua caligrafia, sido identificada como de autoria do próprio Miguel Arraes. Após tratamento de higienização e desinfestação (devido ao condicionamento inadequado e condições climáticas do local no qual estavam armazenados, alguns desses apresentavam fungos), os documentos foram armazenados em caixas de polipropileno, material adequado para conservação de documentos em papel. Ao serem incorporados ao acervo, inicialmente, foi respeitado seu ordenamento original. Tratam de assuntos diversos acerca da realidade brasileira, intercalando recortes de jornais e revistas brasileiros e internacionais, e, por vezes, cópias de documentos oficiais. Alguns dos assuntos tratados são: política, economia, Igreja, Amazônia, entre outros. Somam cerca de trinta caixas.
- **Recortes de jornais e revistas:** ao consultar essa parte do acervo, percebemos que seguem o mesmo padrão dos recortes de jornais dos fichários. Estes, porém foram organizados em ordem cronológica, não necessariamente respeitando a organização por assunto. Compõem cerca de oito caixas.

Como explicitado no tópico anterior, as caixas referentes às fotografias que se encontravam dispersas pelo acervo, foram, no início de 2014, agrupadas, compondo hoje uma coleção fotográfica. Assim sendo, as caixas referentes a fotografias antes inseridas na Série Exílio encontram-se, no momento desta pesquisa, na citada coleção. Nas imagens antes referentes ao acervo do exílio, podemos encontrar fotografias correspondentes a reuniões de grupos de brasileiros exilados (inclusive fotografias da chegada do grupo de exilados que foram negociados durante sequestros de embaixadores estrangeiros no Brasil), bem como uma série de fotografias referentes à guerra do Vietnã (mutilações, mortos, e destruições). Ainda referente ao período a ser analisado, encontramos também fotografias pessoais de Miguel Arraes durante os anos de exílio.

4.3 O papel do profissional do arquivo

Na área da arquivologia, poucos são os trabalhos que se dedicam ao estudo dos arquivos pessoais. A partir da acumulação documental realizada por seu titular ao longo dos anos, e das nuances inerentes à sua história de vida e percursos percorridos por este, pode-se perceber, se não em sua totalidade, mas parcialmente, as relações e significados atribuídos pelo indivíduo aos seus documentos.

Analisar um arquivo pessoal do ponto de vista da relação entre o titular e o seu acervo, bem como a organização adotada por este durante sua produção, nos apontam uma dimensão de extrema importância no trato da documentação de tal natureza. Permitem, através de seus primeiros usos e significados, que se perceba a constituição desses acervos, não como “naturais”, mas como construções simbólicas e sociais. (HEYMANN, 2012, p.40).

A parcela do arquivo de Miguel Arraes aqui analisada, a Série Exílio, teve sua gênese em um momento muito particular da história latino-americana. No período de seu “surgimento”, a documentação foi produzida, como vimos no capítulo anterior, pelo próprio Arraes e seus colaboradores. Possuía uma função e uso social da informação muito específico, tanto para aqueles que participaram do “fazimento” do arquivo, quanto para o público consumidor das informações que eram, a partir deste, processadas e veiculado.

Na consulta à documentação, em sua forma e conteúdo, e também ao ler os depoimentos de pessoas que contribuíram ativamente para a construção do arquivo do exílio¹⁸, percebe-se que aquela documentação tem como referência o contexto social do período de sua produção, obedecendo assim uma ordenação própria, fundamental para a compreensão da existência daquele arquivo, seus usos e significados originais.

Em 1979, com a volta da família Arraes para o Brasil, todo o acervo documental acumulado durante os 14 anos de estadia na Argélia fora acondicionado em caixas e ficou armazenado, durante vários anos, como dito anteriormente, na

¹⁸ Nos referimos aqui aos depoimentos de Yara Gouvêa e Everardo Norões, citados no capítulo anterior.

residência do ex-deputado Márcio Moreira Alves, no interior da França (PINHEIRO, 2009). Após chegarem ao Brasil, as caixas não foram abertas, ficando armazenadas no sótão da residência de Arraes, hoje sede do IMA.

Devido às alterações climáticas às quais este acervo fora exposto (inicialmente armazenado no norte da África, posteriormente transladado para o interior da França, e, finalmente chegando ao bairro do Poço da Panela, no Recife), grande parte da documentação acabou sofrendo a ação de insetos e fungos, perdendo-se boa parte do acervo acumulado durante aqueles anos.

Após a morte de Arraes, em 2005, e posteriormente com a criação do IMA, a documentação que havia sido acomodada no sótão da casa, foi finalmente aberta, para tratamento técnico, e posterior incorporação ao acervo da instituição. Participaram desta empreitada, a bibliotecária responsável pelo acervo, e a equipe de conservação da empresa Grifo – Diagnóstico e Preservação de Bens Culturais.

Após a abertura das caixas, foram realizados os procedimentos técnicos adequados à conservação de documentos em suporte papel, tendo parte do acervo sofrido também algumas intervenções de restauro. Em entrevista realizada com a coordenadora técnica do trabalho de conservação Suzana Omena, citada anteriormente, nos foi relatado que a primeira intervenção sofrida pelo acervo após sua abertura, foi o processo de conservação de documentos, englobando a desinfestação e higienização dos papeis. Apenas responsável pela conservação documental, a equipe da empresa de conservação não realizou nenhum tipo de organização ou separação de documentos, tendo realizado estritamente os procedimentos de conservação documental, respeitando a ordem em que os papeis encontravam-se quando retirados das caixas vindas da França. À medida que a documentação ia sendo higienizada, era armazenada em caixas de material apropriado para a conservação de documentos, e repassadas para os profissionais responsáveis pelo arquivo.

À época, a equipe do IMA contava apenas com uma bibliotecária, coordenadora do acervo, e duas auxiliares. O horário de trabalho da equipe era de segundas a sextas-feiras, das 15h às 17h. Quanto à experiência e capacitação técnica da equipe, a profissional, responsável pela organização do acervo, é graduada em biblioteconomia, tendo sua experiência profissional no serviço público e na organização de bibliotecas particulares. As duas auxiliares que compunham a

equipe possuíam nível médio, uma com experiência em bibliotecas de secretarias da administração pública, e a outra funcionária com experiência em restauro de documentos em suporte papel, e obras de arte.

A construção das categorias sociais denuncia, por assim dizer, as compreensões de mundo daquele que classifica os objetos. Nesse sentido, é preciso pensar na constituição dessas classificações por parte dos profissionais envolvidos na lida diária da referida instituição. A etapa seguinte à conservação documental foi a organização dos documentos. Para tal, foi adotada a mesma metodologia utilizada no restante do acervo. Criou-se a Série Exílio, referente aos anos de 1965 a 1979, e dentro desta foram aplicadas as mesmas subséries utilizadas no restante dos documentos. Também como no restante do acervo, dentro de cada subsérie, os documentos foram dispostos cronologicamente.

Como já me referi anteriormente, tenho participado como pesquisadora e voluntária das atividades do IMA desde meados do ano de 2011. No final de 2012, quando ocorreu a descoberta de uma nova parcela do acervo, guardada na biblioteca da instituição, tive o privilégio de participar da retirada deste material e diagnóstico das condições de conservação do mesmo. Na ocasião, a mesma equipe que participara dos projetos anteriores de conservação fora contratada, novamente contando com o patrocínio da Fundação João Mangabeira. Pude então acompanhar o processo do trabalho de conservação, e posterior organização desses documentos, grande parte, referente aos anos de exílio.

Esta nova parcela da documentação referente aos anos do exílio, eram, em parte, os já descritos fichários organizados por Arraes (tinham os recortes de jornais e assuntos identificados por sua caligrafia), e datados dos anos em que esteve exilado. Percebia-se ali um ordenamento, uma organização da informação muito específica. Seus “papeis” eram agrupados, em formas de dossiês, ordenados por assunto, pouco importando a tipologia documental (se recortes de jornais ou cópias de documentos oficiais), ou mesmo uma ordem cronológica. Essa organização remete, imediatamente, aos artigos publicados nos boletins informativos do *Front Bresilienne d'Information (FBI)*, cujo conteúdo já nos era familiar. Assim como os artigos dos boletins, os documentos dos fichários abrangiam temas acerca da realidade brasileira, nos parecendo uma compilação de informações acerca dos assuntos específicos, que posteriormente, poderiam ser analisados, e formatados

em textos críticos publicados nos exemplares dos boletins. Ao entrar em contato com os tais “fichários”, para além do conteúdo dos boletins informativos, percebe-se uma semelhança na própria estrutura física e de conteúdo, por exemplo, dos recortes de jornais e revistas, que já compunham o acervo previamente.

Ao examinarmos mais detidamente as documentações, pareceu-nos evidente que aquele conjunto documental, intitulado de Série Exílio, havia sofrido intervenção organizacional, pois os documentos da referida série que já faziam parte do acervo desde 2009, tinham as mesmas características físicas (marcas de furador de papel, identificações manuscritas) daqueles encontrados escondidos nos fichários no final do ano de 2012.

Após essa constatação, outras questões tornaram-se mais claras. Ao consultarmos a subsérie documental Correspondências, por exemplo, por diversas vezes nos deparamos no conteúdo das cartas, com referências a documentos ou textos anexos. Porém, tais anexos não se encontram junto à correspondência, nem mesmo é feita alguma indicação de onde poderíamos encontrá-lo. Obviamente, nem todos os anexos aos quais os remetentes se referem nas cartas, de fato foram enviados, ou mesmo podem ter sido extraviados. Porém, ao analisarmos as caixas que compõe esse conjunto, não encontramos sequer um exemplar de carta cujo texto faça referência a algum anexo, e que este possa ser localizado dentro do acervo, mesmo que armazenado em algum outro local, que não junto à carta na qual é referido.

Ao adotar a mesma subdivisão das demais séries documentais (Boletins Informativos, Correspondências, Documentos, e Recortes de Jornais), as relações existentes entre os documentos que compõe a série documental, e mesmo o próprio sentido original do acervo podem ter sido alterados. Mesmo as fotografias referentes ao exílio, nos parecem desconexas, pois aparentam remeter a ocasiões e acontecimentos específicos, talvez parte integrante de algum dossiê, como é o caso de diversas fotografias de mortos e destruições da Guerra do Vietnã, porém deslocados, não agregam significado quando analisamos o conjunto do acervo.

Compreender de que forma as relações dos profissionais aferem significados ao tratamento e recuperação da informação, diz muito sobre o que se vai encontrar no acervo. Portanto, pode-se inferir que os procedimentos técnicos do IMA apagaram muitos dos rastros construídos pelos produtores do acervo, modificando

suas constituições iniciais, mobilizando princípios arquivísticos pouco adequados a este tipo específico de acervo. A história que um possível consulente irá conhecer naquela instituição, será basicamente, os fragmentos daquilo que originalmente fora relegado para gerações posteriores.

Ao analisarmos os procedimentos técnicos utilizados na organização do acervo, fica evidente que estes não adequam-se às recomendações técnicas sugeridas pela própria disciplina.¹⁹ Optar por adotar este tipo de organização em um acervo acumulado em quadros sociais tão específicos, alterou o sentido dos documentos individualmente, e em seu conjunto. A Série Exílio é a única série do arquivo do IMA acumulada diretamente, e intencionalmente, por seu titular, bem como pelas pessoas que fizeram parte do *Front*. Enquadrar os documentos acumulados pelo político durante este período em subséries engessadas por tipologias tipicamente aplicadas na administração pública vai de encontro a toda a bibliografia por nós consultada durante o percurso desta pesquisa.

Apesar de os arquivos pessoais serem ainda pouco explorados no campo da arquivologia, os manuais acerca de sua organização partem sempre de um dos princípios basilares da disciplina, o princípio da proveniência. Faz-se então fundamental a compreensão da relação que seu titular estabelecia com seu acervo, sendo parte fundamental desta a organização constituída por ele. Mesmo aparentes “ausências”, ou “descuidos”, podem revelar muito dos sentidos e relações existentes entre os documentos, e seu conjunto. Organizar um acervo pessoal é uma tarefa árdua, complexa, um desafio àquele profissional disposto a compreender a história de seu titular, e, principalmente, disposto a fazer uma espécie de interpretação, partindo das particularidades da vida de seu acumulador, da configuração e conteúdo de seu arquivo, e dos quadros sociais nos quais estes estavam inseridos.

Para compreender melhor as composições atuais do arquivo, é preciso historicizar a prática arquivística. Esta se enquadra naquelas premissas discutidas no primeiro capítulo desta dissertação que compreendem o papel do arquivista como

¹⁹ Para maiores esclarecimentos acerca das diretrizes técnicas adotadas no Brasil, ver a NOBRAD – Normas Brasileiras de Descrição Arquivística, disponível em <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>. Acesso em 13/12/2014. Ver também o ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística, disponível em http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad_g_2001.pdf. Acesso em 13/12/2014.

um produtor do que se atribui como memória moderna (COOK, 2002). O arquivo a ser organizado, e seus produtores, bem como o profissional responsável por seu ordenamento estão imersos em quadros sociais distintos. Desta forma, é preciso atentar para o fato de que o profissional do arquivo imprime em sua prática profissional a marca da sua temporalidade.

Ao analisarmos a prática do arquivista, ressaltamos sua função na construção da memória coletiva. A organização de um acervo pode esconder ou revelar parcelas deste, tanto do ponto de vista do produtor/acumulador, como do ponto de vista do profissional do arquivo. As opções técnicas, de acondicionamento e, sobretudo do tratamento das informações, e organizações posteriores, seu arquivamento, e os efeitos destes nos significados que aquele conjunto documental carregará, são decisivos na construção da memória social.

A prática do documentalista em um arquivo pessoal deve sempre ser norteadada pela pesquisa detalhada da história do mesmo, das pessoas envolvidas nos processos de produção/acumulação de documentos, de seus usos e suas intencionalidades. Heymann (2012), no entanto, aponta para o fato de que nem sempre a história de vida do titular e seu acervo são equivalentes, porém, é necessária a compreensão de sua constituição e custódia, investir tanto na “biografia do arquivo, quanto na de seu acumulador.” (HEYMANN, 2012, p.75). Como colocado por Rouso (1996), atentar sempre para os silêncios, para as ausências, que por vezes podem explicitar muito mais do que uma grande profusão documental existente em um acervo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente texto, objetivamos, a partir da Série Exílio do acervo do IMA, compreender a complexidade da formação e das atribuições de novos significados a um determinado conjunto documental. Longe de ser um processo “natural”, o impacto causado pelos reagrupamentos produzem outra forma de se enxergar um dado conjunto documental.

O percurso de investigação escolhido para este texto tentou dar início a uma reflexão sobre como as ordenações arquivísticas podem produzir novos significados diante de uma epistemologia possível de certos documentos, partindo de uma breve história da arquivologia como disciplina, até os desafios enfrentados por esta na atualidade. Nascida como uma disciplina estritamente técnica, prática, que tinha como objeto os arquivos públicos, administrativos, e em número restrito, a disciplina enfrenta novos desafios advindos da explosão de informações provocadas após as duas Grandes Guerras. Na sociedade da informação, o enorme e crescente volume e diferentes suportes documentais são reais, e alvos de debates e análise constante por parte dos profissionais documentalistas.

Procuramos então, mostrar a evolução do conceito de arquivo dentro da disciplina, e as revisões metodológicas e conceituais pelas quais passou, a partir da segunda metade do século XX, privilegiando aqui a vertente canadense, também intitulada arquivologia pós-moderna. Como foi discutido, a partir da década de 1980, um grupo de arquivistas, encabeçados por Cook, apropria-se de instrumentais teóricos das ciências sociais, para discutir, não apenas as práticas arquivísticas do ponto de vista de métodos e técnicas de arquivamento, mas antes disto, propõem uma reflexão acerca da própria prática profissional, como forma de preservação e construção da memória social. A partir deste novo horizonte, que atenta para o papel social e preponderante do arquivista e dos arquivos na construção (ou ocultação) da memória, os arquivos pessoais, que estavam sempre à margem das discussões no campo do arquivo, aparecem com mais força, devido também a um processo de valorização das fontes individuais na pesquisa histórica.

Nesta nova perspectiva, a organização dos arquivos pessoais, ainda em fase de discussões metodológicas, deve partir, não apenas de técnicas já avalizadas pela

disciplina, como o princípio da proveniência, mas requer daqueles que pretendem organizá-los, a compreensão da dimensão social que envolvida, tanto o contexto social de acumulação do acervo, quanto a história de vida de seu titular. Dessa forma, o capítulo seguinte, foi pautado na tentativa de compreender a trajetória do político pernambucano Miguel Arraes de Alencar, e o acúmulo de uma coleção específica de documentos que posteriormente fariam parte de seu arquivo pessoal. Pretendeu-se, a partir da breve descrição da trajetória que levou o político ao exílio de 14 anos, na Argélia, e do contexto histórico no qual estava inserido, construir para o leitor o quadro social no qual aquele acervo foi produzido e acumulado, mostrando a complexidade que envolveu o surgimento do acervo, e as relações ali explicitadas.

No último capítulo, mostramos a institucionalização da memória do político, através da criação do IMA, explanando brevemente acerca de seu acervo, com ênfase na parcela que, após consulta exaustiva ao arquivo como um todo, nos aparece com características mais peculiares. Diferente do restante da documentação, em sua grande parte referente a seus cargos públicos, ou mesmo documentos de cunho pessoal, como carteira de identidade, diplomas, fotografias de família, entre outros, o acervo do exílio, mostra-se bastante peculiar. Por se tratar de uma documentação produzida e acumulada pelo próprio Miguel Arraes, se faz notório ao consulente um nexos e uma intencionalidade em sua composição e conteúdo, retratos de um movimento, o *FBI*, que guardam a memória, não apenas do indivíduo Miguel Arraes de Alencar, político exilado, mas também de um grupo de pessoas expurgadas do país, bem como a realidade e o contexto social daquele período.

Nesse sentido, compreender a institucionalização daquela vida e as suas novas formas de arquivamento foi o objeto do último capítulo deste texto. Aqui optei mais pela exposição das circunstâncias organizacionais atuais do acervo, e sugestão das suas fragmentações, do que, propriamente, pela análise dos seus possíveis usos. Prefiro deixar um texto em aberto, que pode contar com a presença do leitor na sua própria construção.

Por fim, chegamos aqui, e espero que este seja o início de uma longa caminhada que tem como objetivo compreender um pouco mais sobre a formação dos arquivos pessoais, suas histórias, e idiossincrasias.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: EDUSC, 2005.

ANais Conference on Technology, Culture and Memory. FRAGOSO, Ilza da Silva. AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. **Instituições-Memória na Cidade de João Pessoa**.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: o Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar-se: a propósito de certas práticas de autoarquivamento. In: TRAVANCA, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (Orgs.). **Arquivos Pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p.45-54.

BARBOSA, Lúcia Falcão. **O Castelo de alecrim**: os intelectuais no Recife, em 21 de abril de 1960. 2005. 340f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

BARRITT, Marjorie Rabe. Coming to America: dutch archivistiek and american archival practice. **Archival Issues**, v.18, n.1, 1993.

BARROS, Thiago Henrique B.; TOGNOLI, Natalia B. As Implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. **Revista Ponto de Acesso**, Salvador, v.5, n.1, p.66-84, abr. 2011.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, p.201–207, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.183–191.

CAMPANHA no exterior. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 669, 26 set. 1972.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: da coluna Prestes à queda de Arraes: memórias. 3.ed. Recife: Guararapes, 1980. 428p.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Metodologia de organização de arquivos pessoais**: a experiência do CPDOC. 4.ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. 104 p.

CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. p. 115-132.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2.ed. Lisboa: Difel, 2002.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Archives, Records, and Power: the making of modern memory. **Archival Science**, n.2, p.1-19, 2002.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, p.129-149, 1998.

_____. What is past is prologue: A history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, n.43, p.17-63, 1997.

CORTEZ, Lucili Granjeiro. **O drama barroco dos exilados do Nordeste**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

CRUZ, Fabio Lucas. **Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: Os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968 – 1979)**. 2010. 167p. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo. 2010.

DINES, Alberto. **O papel do jornal: uma releitura**. São Paulo: Summus Editorial. 8ª ed., 1986.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**, vol.7, n.13: CPDOC 20 anos, Rio de Janeiro, jan-jun. 1994, p.49-64.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **As regras do método sociológico**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 16 ed. Rio de Janeiro: Graal. 2001.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6 ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HARRIS, Verne. The Archival Sliver: Power, Memory, and Archives in South Africa. **Revista Archival Science**, n.2, p.63–86, 2002. Disponível em:<
<http://www.nyu.edu/classes/bkg/methods/harris.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2013.

HEDSTROM, Margaret. Archives, memory, and interfaces with the past. **Revista Archival Science**, n.2, p.21-43, 2002.

HEYMANN, Luciana Quillet. Arquivos Pessoais em perspectiva etnoográfica. In: TRAVANCA, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (Orgs.). **Arquivos**

Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p.67-76.

_____. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Revista Estudos Históricos**, n.19, Rio de Janeiro, p.41-66.

_____. **O lugar do arquivo:** a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa/ FAPERJ, 2012. 238p.

HJORLAND, Birger. Documents, memory institutions and information science. **Journal of Documentation**, v.56, p.27–41.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO MIGUEL ARRAES (IMA). Disponível em: http://institutomiguelarraes.com.br/home/?page_id=60 . Acesso em: 10 maio 2014.

JENKINSON, Hilary. **The English Archivist: a new profession.** London: H. K. Lewis, 1948.

_____. **Manual of Archives Administration:** including war archives and archive making. [S. l.]: Oxford University Press, 1937. Disponível em: <https://ia600302.us.archive.org/0/items/manualofarchivea00jenkuoft/manualofarchivea00jenkuoft.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

KAPLAN, Elisabeth. Many Paths to Partial Truths: archives, anthropology, and the Power of representation. **Archival Science**, n.2, p.209-220, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ, 1999.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.167–182.

LIMA, M. G.; MIRANDA, M. O.; BORBA, V. da R. A memória e os sistemas memoriais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: Enancib, 2011. p.3328–3339.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. História e Memória: algumas observações. Salvador: Práxis, v. 2, p. 1-4, 2005.

MORESI, Eduardo (Org.). **Metodologia da Pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

MOVIMENTO de cultura popular: memorial. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986. 341p. (Coleção Recife, v.49).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Proj. História**, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Maria Marly de Oliveira. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PAGE, Joseph. **A revolução que nunca houve: o nordeste do Brasil 1955-1964**. São Paulo: Record, 1972.

PEREIRA, Elenita Malta; WEBER, Regina. Halbwachs e a memória: contribuições à história cultural. **Revista Territórios e Fronteiras**, v.3, n.1, p.104-126, jan./jun. 2010.

PINHEIRO, Andrea. Miguel Arraes: o arquivo secreto do exílio. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 set. 2009. 12p. Caderno especial.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 3-15, 1989.

REIS, Luís. O arquivo e a arquivística: evolução histórica. **Revista Biblos**, v.7, n.24, abr./jun. 2006.

REMOND, René. **Por uma história política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações. 2003.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROUSSO, Henry. **A memória não é mais o que era**. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.93-101.

_____. O arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.17, p.85–91, 1996.

_____. **Sobre a história do tempo presente: uma entrevista com Henry Rousso**. Jan./Jun. 2009. Florianópolis: Tempo e Argumento. Entrevista concedida a Sílvia Arend e Fábio Macedo.

ROZOWYKWIAT, Tereza. **Arraes**. São Paulo: Iluminuras, 2006.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. **Cadernos de sociomuseologia**, v.19, n.19, p.139-171, 2002. Disponível em: <http://revistas.ulusofoa.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/370>>. Acesso em: 17 maio 2014.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina.** São Paulo, 2008. 259f.

SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças políticas em Pernambuco: a(s) frente(s) do Recife (1955-1964).** 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. 2009.

SCARPATI, Riler Barbosa. “Memórias Provisórias”: a história do tempo presente entre o objeto e a periodização. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, v.7, n.1, p.64-74, jun. 2012.

SHELLENBERG, Theodore R. **Modern archives: principles and techniques.** Chicago: Society of American Archivists, 2003.

SILVA, Bianca Nogueira da. **O ser e o fazer: os intelectuais e o povo no Recife dos anos 1960.** 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 – 1985.** 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo de Arraes: nacionalismo em crise 1955-1964.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ARQUIVO NACIONAL. **Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro, 2004.

THIESSEN, Iclea. Informação, verdade e conhecimento: memórias em litígio. Comunicação Oral. In: ENANCIB, 14., 2013. Florianópolis. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis: [s.n.], 2013. Disponível em : < <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/viewFile/4015/3138> >. Acesso em 13 de set. de 2013.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea.** Marília, 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010.

VOGAS, Ellen Cristine Monteiro. **Estratégias e possibilidades dos arquivos pessoais frente aos novos usos dos documentos arquivísticos: o arquivo Darcy Ribeiro.** Niterói, RJ: UFF, 2011. 118p.